



ESCOLA BÁSICA DOS 2.º E 3.º CICLOS DA TORRE

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO



JULHO 2018

ÍNDICE

1.	Introdução.....	5
2.	Enquadramento do Processo	6
2.1.	Constituição da Equipa de Autoavaliação.....	6
2.2.	Modelo Utilizado.....	6
2.3.	Metodologia Adotada	6
3.	Eixo dos Recursos.....	7
3.1.	Alunos	7
3.1.1.	Dimensão e distribuição	7
3.1.2.	Caraterísticas sociodemográficas e económicas	8
3.2.	Encarregados de Educação	9
3.2.1.	Caraterísticas dos agregados familiares	9
3.2.2.	Caraterísticas socioeconómicas dos agregados familiares.....	10
3.3.	Docentes	11
3.3.1.	Dimensão e distribuição do corpo docente	11
3.3.2.	Caraterísticas sociodemográficas	12
3.3.3.	Formação.....	13
3.3.4.	Situação profissional	13
3.4.	Não Docentes	14
3.4.1.	Dimensão e distribuição	14
3.4.2.	Caraterísticas sociodemográficas	14
3.4.3.	Formação.....	15
3.4.4.	Experiência.....	16
3.5.	Financiamento.....	16
3.5.1.	Orçamento.....	16
3.6.	Infraestruturas	19
3.6.1.	Instalações, equipamento e material.....	19
4.	Eixo dos Processos	22
4.1.	Serviço Educativo	22
4.1.1.	Oferta educativa/formativa	22
4.1.2.	Outros Serviços	24



4.2.	Aprendizagem	26
4.2.1.	Medidas de promoção do sucesso escolar	26
4.2.2.	Monitorização e avaliação das aprendizagens.....	27
4.3.	Ensino	28
4.3.1.	Práticas Pedagógicas	28
4.3.2.	Monitorização e avaliação do ensino	29
4.4.	Cultura Organizacional.....	30
4.4.1.	Trabalho em equipa.....	30
4.4.2.	Comunicação interna.....	31
4.4.3.	Participação na tomada de decisão	31
4.5.	Cultura Relacional	32
4.5.1.	Relação escola-pais/encarregados de educação.....	32
4.5.2.	Parcerias e recursos da comunidade envolvente.....	33
4.6.	Liderança	34
4.6.1.	Visão estratégica e planeamento	34
4.6.2.	Gestão de recursos humanos, financeiros e materiais	35
4.6.3.	Motivação dos profissionais	37
4.6.4.	Autoavaliação, responsabilização e melhoria	37
4.7.	Projeto Educativo e Identidade	38
4.7.2.	Coerência com a realidade da escola e o que está proposto no PEE ..	38
5.	Eixo dos Resultados.....	39
5.1.	Classificações	39
5.1.1.	Classificações internas	39
5.1.2.	Classificações externas	41
5.1.3.	Comparação entre a classificação interna e a externa (9.º ano).....	41
5.2.	(In)sucesso.....	44
5.2.1.	In(sucesso) interno	44
5.2.2.	In(sucesso) à saída	50
5.3.	Abandono	50
5.3.1.	Risco de abandono.....	50
5.3.2.	Abandono e desistência	51
5.4.	Ambiente Escolar	51
5.4.1.	Cumprimento de regras e disciplina	51
5.4.2.	Relações entre atores escolares	53



5.5. Grau de Satisfação	54
5.5.1. ...sobre a prestação e funcionamento dos serviços	54
5.5.2. ...sobre a qualidade do processo de ensino/aprendizagem	54
5.5.3. ...sobre a segurança e ambiente escolar	55
5.6. Reconhecimento Social	55
5.6.2. Imagem pública	55
5.6.3. Impacto na comunidade	57
6. Conclusões e sugestões	59
7. Anexos.....	61
8. Bibliografia.....	61
8.1. <i>Webgrafia</i> :.....	61
9. Legislação de enquadramento	61

1. Introdução

Como sabemos, a escola é compreendida como um espaço para todos, onde cada um tem direito a receber a educação que lhe permita desenvolver-se harmoniosamente, descobrindo e ampliando as suas potencialidades.

Para que este direito possa ser exercido, torna-se imprescindível a existência de condições adequadas à aprendizagem. Na verdade, o mundo coevo, caracterizado por tempos complexos, invadidos pelas novas tecnologias e grandes evoluções a nível científico, traz novos desafios à escola. Esta, por sua vez, enquanto organização idiossincrática, tem a capacidade de reinterpretação e de adaptação dos elementos constitutivos que compõem a cultura, no seu sentido mais lato. Esta reinterpretação e adaptação passam por um olhar atento aos sinais dos tempos, levando, impreterivelmente, a uma avaliação sistemática da própria escola. Neste âmbito, no quadro legal da RAM que fundamenta o processo da autoavaliação de escolas e posterior avaliação externa, emerge a portaria n.º 245/2014, de 23 de dezembro, a qual aprova o regime jurídico da aferição da qualidade do sistema educativo regional. Portanto, a autoavaliação da escola é de caráter obrigatório, tratando-se de um processo de autorregulação de práticas e processos, orientada para a melhoria dos resultados.

Efetivamente, o processo de autoavaliação deverá ser sistemático e estruturado, baseado no referencial comum de avaliação de escolas, com vista à elaboração dos documentos estruturantes, nomeadamente o projeto educativo da escola, o regulamento interno e o plano anual de escola, envolvendo o conselho pedagógico, os pais/encarregados de educação, o pessoal docente e não docente, os alunos e as instituições que interagem com a escola.

A procura por indicadores que possam contribuir para a qualidade dos serviços educativos prestados rumo à excelência constitui um dos objetivos da autoavaliação. Estes devem contribuir para o planeamento e aperfeiçoamento do trabalho, na sala de aula, na escola e na comunidade. Se todos entenderem o verdadeiro sentido deste tipo de avaliação, certamente teremos uma escola melhor no futuro.

2. Enquadramento do Processo

2.1. Constituição da Equipa de Autoavaliação

Nos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017 a equipa de trabalho foi constituída por um grupo de sete elementos: Albertina Sá; António Carlos Almeida; David Sousa; Merícia Gouveia; Odília Barreto; Rui Azevedo; e Sílvia Ferreira.

No presente ano letivo, a equipa de trabalho integra os seguintes docentes: António Carlos Almeida; David Sousa; Miquelino Abreu; Rui Azevedo e Sílvia Ferreira.

2.2. Modelo Utilizado

O modelo utilizado no processo de autoavaliação foi o modelo RAM, modelo de integração dos processos de autoavaliação e avaliação externa das escolas, denominado por referencial comum de avaliação das escolas.



2.3. Metodologia Adotada

Neste processo de autoavaliação, recorreu-se tanto a métodos de análise quantitativa como de análise qualitativa, no sentido de se obter uma perspetiva multidimensional da escola. Foram utilizadas diferentes fontes de recolha de dados, nomeadamente o projeto educativo de escola (PEE), os planos anuais de escola (PAE), os planos

anuais de turma (PAT), os registos de dados dos serviços administrativos e da plataforma *PLACE*, atas, balanços, relatórios elaborados pelos órgãos de gestão intermédia (grupos disciplinares, departamentos curriculares, coordenações de ciclo e conselhos de turma) e inquéritos por questionário (aplicados ao pessoal docente, não docente, alunos e encarregados de educação, no ano letivo 2015/2016).

3. Eixo dos Recursos

3.1. Alunos

3.1.1. Dimensão e distribuição

Tabela A1 – Distribuição dos alunos por ano de escolaridade e oferta formativa

NÚMERO DE ALUNOS	ENSINO REGULAR					OFERTA FORMATIVA			TOTAL
	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	CEF	PCA	EFA	
2015/2016	77	99	113	93	67	85	70	113	717
2016/2017	65	84	108	78	90	65	58	91	639
2017/2018	113	57	91	85	55	47	52	81	581

LEGENDA:

CEF – Cursos de Educação e Formação;

PCA – Percursos Curriculares Alternativos;

EFA – Educação e Formação para Adultos.

Relativamente à evolução do número de alunos que frequentam a escola, é de salientar o acentuado acréscimo de alunos matriculados no 5.º ano (48), neste último ano letivo (2017/2018). Podemos afirmar que o referido aumento deve-se ao facto de alguns pais terem frequentado esta escola e manifestarem o desejo dos seus filhos continuarem na mesma instituição.

Nos restantes níveis de ensino, verificou-se uma evolução negativa, desde o primeiro ano letivo em estudo até ao momento, excetuando o 8.º ano de escolaridade, que, no presente ano letivo, conheceu um ligeiro aumento de discentes (7).

No que diz respeito à diminuição de alunos nos restantes níveis de ensino, tem a ver sobretudo com o fluxo migratório face à conjuntura de crise, à instabilidade laboral relativa aos alunos matriculados nos cursos de educação e formação para adultos (EFA) e à redução da natalidade, sentida na Região e no concelho.

3.1.2. Caraterísticas sociodemográficas e económicas

Atendendo a que as caraterísticas sociodemográficas e económicas da grande maioria dos nossos alunos são relativamente constantes, por serem oriundos do concelho de Câmara de Lobos, decidimos trabalhar com os dados recolhidos no ano letivo 2015/2016. Consideramos que os dados recolhidos nesse ano continuam adequados à realidade atual da escola.

Tabela A2 – Distribuição dos alunos por género, nacionalidade e caraterísticas económicas

GÉNERO	ENSINO REGULAR										OFERTA FORMATIVA					
	5.º		6.º		7.º		8.º		9.º		CEF		PCA		EFA	
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
	48%	52%	48%	52%	47%	53%	44%	56%	60%	40%	32%	68%	50%	50%	31%	69%
NACIONALIDADE ESTRANGEIRA	0%		0%		2%		0%		0%		0%		0%		0%	
COM NEE	12%		16%		9%		11%		3%		25%		43%		0%	
COM ESCALÃO	88%		91%		80%		94%		95%		96%		84%		0%	

Quanto à nacionalidade dos nossos alunos, apenas 2% têm nacionalidade estrangeira.

Apesar de, em todos os níveis de ensino, termos alunos com necessidades educativas especiais, é, na oferta formativa, CEF e PCA (25% e 43%, respetivamente), onde se verifica a percentagem mais elevada, o que de certa forma justifica a existência destas ofertas na escola.

Relativamente aos apoios sociais, estes são prestados numa elevada percentagem (entre 80% a 96%), em todos os níveis de ensino, sobretudo o escalão 1 (41% dos alunos), seguido do escalão 2 (28% dos alunos), de acordo com os dados fornecidos pelos serviços de ação social da escola (SASE).

Tabela A3 – Distribuição dos alunos por faixa etária

FAIXA ETÁRIA/PERCENTAGEM DE ALUNOS	ENSINO REGULAR									
	5.º		6.º		7.º		8.º		9.º	
	9-11	81%	10-12	68%	11-13	81%	12-14	86%	13-15	65%
	>11	19%	>12	32%	>13	19%	>14	14%	>15	35%

FAIXA ETÁRIA/PERCENTAGEM DE ALUNOS	OFERTA FORMATIVA					
	CEF		PCA		EFA	
	13-15	39%	10-15	78%	a)	a)
	>15	61%	>15	22%	a)	a)

a) Os alunos têm idades que oscilam entre os 18 e os 51 anos, sendo que a maioria se situa entre os 30 e os 50 anos.

As idades dos nossos alunos enquadram-se nas idades regulamentadas para a frequência do ensino básico, embora com alguns desvios em termos da idade de referência para cada nível de ensino, sobretudo no final de cada ciclo, em que a percentagem de alunos fora da idade de referência aumenta (32% no 6.º ano e 35% no 9.º ano).

De salientar que, na nossa escola, os alunos que apresentam várias retenções são propostos para a frequência dos CEF ou PCA. Os que atingem o limite de idade, para cumprirem a escolaridade obrigatória, são encaminhados para os cursos EFA.

3.2. Encarregados de Educação

3.2.1. Características dos agregados familiares

Tabela A4 – Agregados Familiares

ANOS	TIPO DE FAMÍLIA			GRAU DE PARENTESCO DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO						ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO COM 2 OU MAIS DESCENDENTES EM IDADE ESCOLAR
	MONOPARENTAL	PAI E MÃE	OUTRA	PAI	MÃE	IRMÃO	AVÓ	TIO	OUTRO	
2.º CICLO	24%	71%	5%	7%	85%	1%	5%	0%	2%	55%
3.º CICLO	25%	68%	7%	5%	90%	1%	3%	1%	0%	26%
CEF	38%	58%	4%	6%	88%	0%	3%	0%	3%	75%
PCA	24%	63%	13%	7%	84%	2%	3%	4%	0%	24%

Os agregados familiares dos alunos da nossa escola são constituídos, essencial e maioritariamente, por pai e mãe (58% a 71%). No entanto, alguns discentes (24% a 38%, conforme o ciclo e a oferta formativa) são oriundos de uma família monoparental e uma pequena parte (4% a 13%) não vive nem com a mãe nem com o pai.

Contudo, é de salientar que o encarregado de educação é, na sua maioria, a mãe. De destacar ainda que, nos cursos de educação e formação (CEF), há uma maior incidência de encarregados de educação com dois ou mais descendentes em idade escolar (75%), contrariamente ao que sucede no terceiro ciclo e nos percursos curriculares alternativos (PCA).

Relativamente aos alunos dos cursos EFA, por serem maiores de idade, são encarregados de educação de si próprios.

3.2.2. Caraterísticas socioeconómicas dos agregados familiares

Tabela A5 – Caraterísticas socioeconómicas

ANOS	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO					SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO				GRUPO PROFISSIONAL DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO					
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	Licenciatura	Outro	Doméstica	Empregado	Desempregado	Serviços e Comércio	Pescas	Construção Civil	Agricultura	Função Pública	Outro
2.º CICLO	34%	29%	23%	7%	3%	4%	22%	56%	22%	44%	3%	6%	0%	16%	31%
3.º CICLO	41%	27%	20%	11%	1%	0%	23%	58%	19%	49%	3%	4%	2%	15%	27%
CEF	73%	14%	8%	4%	1%	0%	48%	45%	7%	89%	0%	7%	0%	4%	0%
PCA	57%	15%	13%	2%	0%	13%	34%	41%	25%	94%	0%	0%	0%	3%	3%

Relativamente às famílias dos nossos alunos, estas apresentam graves problemas a nível socioeconómico.

O nível de escolaridade dos encarregados de educação é baixo, uma vez que as suas habilitações se situam, maioritariamente, ao nível do 1.º ciclo, nos diferentes ciclos e ofertas formativas, sendo essa realidade mais evidente (73%) nos cursos de educação e formação (CEF).

De referir, ainda, que apenas 5% dos encarregados de educação da totalidade dos nossos alunos possuem uma licenciatura.

Relativamente à sua situação profissional, podemos afirmar que apenas, sensivelmente, metade dos encarregados de educação estão empregados (41% a 58%), com maior incidência no grupo profissional de serviços e comércio (44% a 94%).

3.3. Docentes

3.3.1. Dimensão e distribuição do corpo docente

Tabela PD1 – Distribuição do corpo docente por grupo de recrutamento (GR) e ciclo que lecionam

Ciclo	GR	N.º de docentes	Totais (%)	N.º de docentes	Totais (%)	N.º de docentes	Totais (%)	Média (%)
		2015/2016		2016/2017		2017/2018		
1.º Ciclo	100 110	0 1	1 (0,8%)	1 1	2 (1,6%)	0 1	1 (0,8%)	1,1
2.º Ciclo	200	6	44 (36,1%)	7	44 (36,1%)	3	37 (30,8%)	34,3
	220	4		5		4		
	230	9		9		8		
	240	10		10		8		
	250	4		4		4		
	260	8		6		7		
	290	3	3	3				
3.º Ciclo	300	15	73 (59,8%)	13	71 (58,2%)	15	76 (63,3%)	60,4
	320	4		4		5		
	330	6		6		5		
	400	7		6		7		
	420	3		3		3		
	500	9		9		9		
	510	6		6		6		
	520	5		5		7		
	530	2		2		4		
	550	5		6		6		
	600	4		4		4		
	620	7		7		5		
Ed. Especial 2.º e 3.º Ciclos	700EE	4	4 (3,3%)	5	5 (4,1%)	6	6 (5,0%)	4,1
Totais		122	100%	122	100%	120	100%	≈100%

≈ aproximadamente

De acordo com os dados recolhidos, constata-se que o número de docentes sofreu pequenas variações a nível dos grupos de recrutamento, no entanto, o total de docentes não sofreu alterações significativas. Nos últimos três anos, a escola teve ao seu serviço uma média de 121 docentes, a maioria a desempenhar funções no 3.º ciclo (60,4%, em média), tendo os restantes desempenhado funções no 2.º ciclo (34,3%, em média) e na educação especial (5,2%, em média, uma vez que englobamos os docentes dos grupos de recrutamento 100, 110 e 700 EE).

Tabela PD2 – Distribuição do corpo docente por níveis de ensino e turno de lecionação

Nível de ensino	Ano Letivo						Regime de Ensino	Ano Letivo		
	2015/2016		2016/2017		2017/2018			2015/2016	2016/2017	2017/2018
PC*	1	1%	1	1%	1	1%	Diurno	112	112	108
UE**	4	3%	7	6%	6	5%				
3.º Ciclo	73	60%	71	58%	75	63%	Noturno	10	10	12
2.º Ciclo	44	36%	43	35%	38	32%				
Totais	122	100%	122	100%	120	100%	Totais	122	122	120

* Projeto de capacitação que após 2016 mudou a denominação para Projeto GPS (Projeto Gerir e Potenciar o Sucesso do Aluno)

** Unidade Especializada

Em suma, mais de 50% dos docentes da escola desempenham funções no 3.º ciclo, sendo a grande maioria em regime diurno.

3.3.2. Caraterísticas sociodemográficas

Tabela PD3 – Distribuição do corpo docente por género e intervalo de idades

Intervalo de idades	Ano Letivo						Género	Ano Letivo					
	2015/2016		2016/2017		2017/2018			2015/2016		2016/2017		2017/2018	
≤ 30	1	1%	0	0%	1	1%	Feminino	84	69%	84	69%	82	68%
31 - 40	45	37%	35	29%	17	14%		84	69%	84	69%	82	68%
41 - 50	50	41%	62	51%	74	62%	Masculino	38	31%	38	31%	38	32%
51 - 59	22	18%	21	17%	22	18%		38	31%	38	31%	38	32%
≥ 60	4	3%	4	3%	6	5%	Totais	122	100%	122	100%	120	100%
Totais	122	100%	122	100%	120	100%		122	100%	122	100%	120	100%

Pela tabela PD3, concluímos que, ao longo destes últimos três anos, em média, 69% do corpo docente da escola é do género feminino e a maioria se encontra na faixa etária entre os 41 e os 50 anos de idade.

3.3.3. Formação

Tabela PD4 – Distribuição do corpo docente por habilitações académicas

Formação Inicial						Formação Complementar								
2015/2016		2016/2017		2017/2018		2015/2016			2016/2017			2017/2018		
L	O	L	O	L	O	M	D	O	M	D	O	M	D	O
116	6	118	4	116	4	9	0	5	7	0	7	7	0	7
(95%)	(5%)	(97%)	(3%)	(97%)	(3%)	7%	-	4%	6%	-	6%	6%	-	6%

Legenda: L – licenciatura M – mestrado D – doutoramento O – outro

Quanto à formação, os dados recolhidos mostram-nos que a esmagadora maioria dos docentes tem como formação inicial a licenciatura (em média, 96%). A escola apresenta ainda uma média de 8 docentes que possuem mestrado, tendo em conta os dados recolhidos nos últimos três anos.

3.3.4. Situação profissional

Tabela PD5 – Distribuição do corpo docente em função do vínculo à Função Pública

2015/2016				2016/2017				2017/2018			
CTI			CTR	CTI			CTR	CTI			CTR
QE	QZP	QE		QE	QZP	QVRAM		QE	QZP	QVRAM	
59	39	16	8	60	45	13	4	59	43	12	6
48%	32%	13%	7%	49%	37%	11%	3%	49%	36%	10%	5%

LEGENDA:

CTI – QVRAM – Contratado por tempo indeterminado – Quadro de vinculação da RAM

CTI – QE - Contratado por tempo indeterminado – Quadro de escola

CTI – QZP Contratado por tempo indeterminado – Quadro de zona pedagógica

CTR – Contratado por termo resolutivo

Tabela PD6 – Distribuição do corpo docente em função do tempo de serviço na escola e da classificação do desempenho

Tempo de serviço na escola	Ano Letivo						Classificação do desempenho	Ano Letivo					
	2015/16		2016/17		2017/18			2015/16		2016/17		2017/18	
≥ 20	3	2%	6	5%	7	6%	Excelente	7	6%	NO	NO	NO	NO
11 - 19	79	65%	56	46%	63	53%	Muito Bom	69	57%	NO	NO	NO	NO
6 - 10	20	16%	25	20%	15	13%	Bom	34	28%	NO	NO	NO	NO
0 - 5	20	16%	35	29%	35	29%	Sem registo	12	10%	NO	NO	NO	NO
Totais	122	100%	122	100%	120	100%	Totais	122	100%	NO	NO	NO	NO

NO – Não observado

De acordo com os dados das duas tabelas anteriores, constata-se que a maioria dos docentes pertence ao quadro de escola e apenas 5%, em média, desempenha funções como contratados a termo resolutivo. De sublinhar também que 59% dos docentes, em média, exerce funções na escola, há mais de 10 anos. Esta realidade proporciona alguma estabilidade.

3.4. Não Docentes

3.4.1. Dimensão e distribuição

Tabela PND1 – Distribuição do pessoal não docente por tipo de carreira

Tipo de Carreira	Número em 2015/2016		Número em 2016/2017		Número em 2017/2018	
Assistentes Operacionais	29	64%	29	63%	28	62%
Assistentes Técnicos	14	31%	15	33%	15	33%
Técnico de Informática	1	2%	1	2%	1	2%
Técnico Superior	1	2%	1	2%	1	2%
TOTAL	45	100%	46	100%	45	100%

Relativamente à dimensão do pessoal não docente, conclui-se que não se registaram alterações significativas, ao longo dos três anos em estudo.

É de referir que, em média, 63% do pessoal não docente desempenha funções como assistentes operacionais.

3.4.2. Características sociodemográficas

Tabela PND2 – Distribuição do pessoal não docente por género e intervalo de idade

Intervalo de idades	Ano Letivo						Género	Ano Letivo					
	2015/2016		2016/2017		2017/2018			2015/2016		2016/2017		2017/2018	
20-30	0	0%	0	0%	0	0%	Feminino	39	87%	40	87%	40	89%
31-40	2	4%	3	7%	1	2%							
41-50	19	42%	19	41%	21	47%	Masculino	6	13%	6	13%	5	11%
51-60	16	36%	16	35%	17	38%							
>60	8	18%	8	17%	6	13%	Totais						
Totais	45	100%	46	100%	45	100%		45	100%	46	100%	45	100%

No universo do pessoal não docente, a população é maioritariamente feminina (88%) e encontra-se numa faixa etária acima dos 50 anos de idade (52%, em média).

Note-se que, para além do pessoal não docente do quadro da escola, desempenham funções, ao abrigo do programa de ocupação temporária de desempregados (POT), quatro elementos, como assistentes operacionais.

3.4.3. Formação

Tabela PND3 – Distribuição do pessoal não docente por habilitações académicas e formação complementar

Formação						
Ano letivo	2015/2016		2016/2017		2017/2018	
Licenciatura	2	4%	2	4%	3	7%
12.º ano	12	27%	13	28%	14	31%
9.º ano	7	16%	8	17%	7	16%
6.º ano	14	31%	13	28%	13	29%
4.º ano	10	22%	10	22%	8	18%
Totais	45	100%	46	100%	45	100%

A nível das habilitações literárias, ao longo destes três anos, registou-se um aumento da formação do pessoal não docente, sobretudo no que diz respeito à licenciatura (1 da área de Psicologia do Desenvolvimento, 1 das Ciências da Educação e 1 da área do 1.º ciclo do Ensino Básico) e 12.º ano de escolaridade. De realçar, por outro lado, a diminuição nas habilitações referentes aos 6.º e 4.º anos, o que revela uma clara aposta por parte dos funcionários na sua formação.

3.4.4. Experiência

Tabela PD4 – Distribuição do corpo não docente em função do tempo de serviço na escola e da classificação do desempenho (**Nota:** dados recolhidos no ano 2015/2016)

TIPO DE VINCULO	QUANT.	N.º DE ANOS DE SERVIÇO	QUANT.	N.º DE ANOS DE SERVIÇO NA ESCOLA	QUANT.	CLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL	QUANT.
CTI	45	10 - 19	15	0 - 4	1	Desempenho inadequado	0
		20 - 29	23	5 - 9	1	Desempenho adequado	33
		30 - 39	3	10 - 14	6	Desempenho relevante	12
		≥ 40	4	15 - 19	9	Desempenho excelente	0
		TOTAL	45	20 ou mais	28	TOTAL	45
TOTAL	45			TOTAL	45		

Existe uma grande estabilidade, dado que aproximadamente 62% do pessoal não docente exerce funções na escola, desde a sua abertura, com desempenho “adequado” (33 funcionários) e “relevante” (12 funcionários).

O corpo do pessoal não docente tem mais de 10 anos de serviço e um número significativo (23 funcionários) apresenta 20 a 29 anos de serviço.

3.5. Financiamento

3.5.1. Orçamento

Orçamento anual da escola por ano letivo:

- 2015/16 a 2016/17 – o orçamento do funcionamento normal englobou 96% da dotação anual atribuída; o orçamento do fundo escolar incluiu 3% e o orçamento do fundo escolar-investimentos abrangeu 1% da dotação anual atribuída.
- 2017/18 – o orçamento do funcionamento normal engloba 95% da dotação atribuída; o orçamento do fundo escolar representa 4% e o orçamento do fundo escolar-investimentos inclui 1% da dotação atribuída.

Orçamento do funcionamento normal, apenas com autonomia administrativa, por ano letivo:

- 2015/16 – a dotação anual utilizável deste orçamento, no valor de 5.906.328,00 €, contemplou, por classificação económica, as despesas com o pessoal, que representaram 98,7% daquele valor global, restando 1,2% para as outras despesas correntes e 0,05% para as despesas de capital. A dotação orçamental em investimentos de capital permitiu a aquisição do seguinte material: uma máquina encadernadora para a reprografia; um frigorífico e um micro-ondas para o bar; e uma fotocopiadora para os serviços administrativos da escola.
- 2016/17 – a dotação anual utilizável deste orçamento, no valor de 5.384.569,00 €, contemplou, por classificação económica, as despesas com o pessoal, que representaram 98,3% daquele valor global, restando 1,6% para as outras despesas correntes e 0,1% para as despesas de capital. A dotação orçamental em investimentos de capital permitiu a aquisição de algum *hardware* informático, uma secretária e uma cadeira para os serviços administrativos, um martelo elétrico e um berbequim para os serviços de manutenção, e um grelhador para a cozinha.
- 2017/18 – a dotação anual utilizável deste orçamento, no valor de 4.708.842,00 €, contempla, por classificação económica, as despesas com o pessoal, que representam 98,3% daquele valor global, restando 1,5% para as outras despesas correntes e 0,07% para as despesas de capital.

Orçamento do fundo escolar, com autonomia administrativa e financeira, por ano letivo:

- 2015/16 – a dotação anual utilizável deste orçamento, no valor de 207.804,00€, contemplou, por classificação económica, as despesas correntes e de capital, tendo sido pagas despesas no valor de 158.851,11€. Do orçamento da RAM, foram transferidas verbas no valor de 87.704,97€.

- 2016/17 – a dotação anual utilizável deste orçamento, no valor de 242.117,00€, contemplou, por classificação económica, as despesas correntes e de capital, tendo sido pagas despesas no valor de 220.319,99€. Do orçamento da RAM, foram transferidas verbas no valor de 96.468,92€.
- 2017/18 – a dotação anual utilizável deste orçamento, no valor de 224.295,00€, contempla, por classificação económica, as despesas correntes e de capital, tendo sido pagas despesas, em 2017, no valor de 157.419,45€. Do orçamento da RAM, foram transferidas, em 2017, verbas no valor de 85.004,46€.

Tabela O1 – Orçamento do fundo escolar-investimentos, por ano económico

Execução orçamental INVESTIMENTOS DO PLANO (RUMOS – CEF)			
Designação	2015	2016	2017
Dotação inicial (01 de janeiro)	30.000,00 €	54.731,00 €	35.499,00 €
Dotação utilizável	30.000,00 €	50.952,00 € + 642,00 € ⁽¹⁾	35.499,00 € - 2.100,00 € ⁽²⁾
Compromissos assumidos (31 de dezembro)	15.898,87 €	51.547,80 €	25.625,29 €
Despesas pagas	15.256,87€	51.547,80 €	25.625,29 €
Compromissos por pagar	642,00 €	-	-

⁽¹⁾ Saldo de receita – transitados de 2015 (FF 520)

⁽²⁾ Valores cativos

Em conclusão, é de salientar que grande parte das verbas atribuídas no nosso orçamento global destina-se às despesas com pessoal (95%), o que obriga a um continuado esforço e atenção na contenção das outras despesas correntes e de capital da escola.

Relativamente às verbas atribuídas no nosso orçamento do fundo escolar, estas destinam-se a assegurar as despesas com os alunos, ao nível da ação social escolar. As verbas das receitas próprias/autónomas arrecadadas são aplicadas nas despesas de alimentação, transportes, gás e outras destinadas exclusivamente aos alunos.

3.6. Infraestruturas

3.6.1. Instalações, equipamento e material

BLOCO PRINCIPAL

Piso 0

	QUANTIDADE		
	MESAS	CADEIRAS	EQUIPAMENTOS
1	31	31	1 quadro preto; 1 quadro branco; 1 placar
2	27	27	1 quadro preto; 1 quadro branco; 1 placar
3	27	31	2 quadros pretos; 1 placar
4	12	33	2 quadros pretos; 1 placar
5	13	26	2 quadros pretos; 1 placar; 4 armários
6	31	29	2 quadros pretos; 14 computadores; 1 placar

	QUANTIDADE		
	MESAS	CADEIRAS	EQUIPAMENTOS
6A	13	22	1 quadro preto; 1 placar
7A	14	19	12 computadores; 2 quadros pretos; 1 placar
7B	18	25	8 computadores; 2 quadros pretos; 1 placar
8	26	26	2 quadros pretos; 1 armário
GB ⁽¹⁾	4	11	7 armários

(1) Gabinete de Ciências

Piso 1

SALAS	QUANTIDADE		
	MESAS	CADEIRAS	EQUIPAMENTOS
9	25	25	2 quadros pretos; 1 placar
10	28	28	2 quadros pretos; 1 placar

SALAS	QUANTIDADE		
	MESAS	CADEIRAS	EQUIPAMENTOS
11	28	26	2 quadros pretos; 1 placar
11A ⁽²⁾	9	10	2 quadros pretos; 1 placar

(2) Sala da Unidade Especializada

Serviços Administrativos (Secretaria)	25	16	10 computadores 1 impressora
Serviços de Reprografia	2	3	1 computador 3 impressoras
Sala de Professores	17	45	3 computadores; 1 impressora; 90 cacifos; 5 placares e 1 vitrine
Sala de Diretores de Turma	5	9	2 computadores 1 impressora
Gabinete de Educação Especial	4	13	1 armário
Sala de Coordenadores	4	7	1 computador; 6 armários.
Sala de Sessões	2 secretárias; 5 cadeiras com rodas; 55 cadeiras com mesa de apoio		1 computador; 1 projetor; 1 quadro interativo; 1 TV; 1 DVD

Biblioteca	12	33	1 computador; 1 arquivo; 11 armários; 2 placares
Conselho Executivo	12	11	7 computadores 2 impressoras
Telefonista/PBX	2	2	3 computadores
Audiovisuais	1	2	16 computadores; 5 projetores; 5 rádios; 2 TV; 2 retroprojetores
Gabinete da Encarregada do Pessoal Auxiliar	1	4	1 computador
Sala do Pessoal Não Docente	2	7	30 cacifos

Piso 2

SALAS	QUANTIDADE		
	MESAS	CADEIRAS	EQUIPAMENTOS
12	25	25	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
13	25	25	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
14	26	26	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
15	26	26	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
16	25	25	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
17	29	29	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
18	41	37	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
19	5	14	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça

SALAS	QUANTIDADE		
	MESAS	CADEIRAS	EQUIPAMENTOS
19A	25	25	1 quadro preto; 1 placar de cortiça
20	25	25	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
21	25	25	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
22	25	25	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
22A	25	25	1 quadro preto; 1 placar de cortiça
23	25	25	2 quadros pretos; 1 placar de cortiça
GL ⁽³⁾	4	7	8 armários.
(3) Gabinete de Línguas			

BLOCO DE SERVIÇOS

Piso 0

SALAS	QUANTIDADE		
	MESAS	CADEIRAS	EQUIPAMENTOS
24	14	27	2 quadros pretos; 7 armários
25	15	21	1 quadro preto; 1 placar de cortiça
26	13	25	1 quadro preto; 1 placar de cortiça
27	12	21	1 quadro preto; 1 placar de cortiça

SALAS	QUANTIDADE		
	MESAS	CADEIRAS	EQUIPAMENTOS
28	17	21	1 quadro preto; 1 placar de cortiça
29 ⁽⁴⁾	17	30	1 quadro preto; 1 placar de cortiça
GABINETE DAPOEV ⁽⁵⁾	4	9	1 computador; 1 armário
OFICINA	4	7	

(4) Gabinete de apoio ao aluno.

(5) Divisão de apoio psicológico de orientação escolar e vocacional.

Piso 1

	QUANTIDADE		
	MESAS	CADEIRAS	EQUIPAMENTOS
Bar dos Alunos	2	3	1 computador
Sala Pessoal Cozinha	2	2	1 computador
Cozinha	3	6	1 computador; 2 armários; 6 cacifos
Gabinete Ação Social	6	4	2 computadores; 2 armários
Sala de Convívio dos Alunos	10	42	1 televisor
Papelaria	3	1	1 computador; 1 armário
Refeitório	35	133	

PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO

A escola utiliza o pavilhão, pertencente à DRJD (Direção Regional de Juventude e Desporto), entre as 8:00 horas e as 18:10 horas, onde decorrem as aulas de Educação Física, os núcleos desportivos e, por vezes, atividades de caráter extracurricular e de encerramento de períodos letivos.

Neste espaço, encontramos 6 balneários, 11 casas de banho, 1 ginásio, 1 arrecadação, 1 vestiário, 1 sala de sessões e 1 sala de musculação.

A escola, a nível de edifício e materiais existentes, apesar dos seus 25 anos, apresenta condições adequadas às suas funções, uma vez que existe a preocupação de manutenção do edifício e reparação do material danificado.

4. Eixo dos Processos

4.1. Serviço Educativo

4.1.1. Oferta educativa/formativa

A oferta educativa/formativa na nossa escola procura estar de acordo com os interesses, motivações e expectativas dos discentes e conforme definido nos objetivos do PEE. Deste modo, procurou-se orientar vocacionalmente os alunos, apresentando uma oferta educativa/formativa diversificada e adequada às necessidades e particularidades dos mesmos. Assim, a nossa escola contempla as seguintes ofertas educativas e formativas:

CICLO	TURNO	ANO DE ESCOLARIDADE	2015/2016	2016/2017	2017/2018
2.º	DIURNO	5.º	4	3	6
		5.º - PCA	1	1	0
		6.º	5	4	3
		6.º - PCA	1	1	1
		CEF – Tipo 1	2 (CMAL e COI)	1 (COI)	0
	NOTURNO	EFA - B2	1	1	1
	TOTAL		14	11	11
3.º	DIURNO	7.º	6	5	4
		7.º - PCA	1	1	1
		7.º - PAEE	0	1	0
		8.º	5	4	5
		8.º - PCA	0	1	1
		9.º	2	5	3
		9.º - PCA	0	0	1
		9.º - PAEE	1	0	0
		CEF – Tipo 2	3 (COMH/CPA, CIRC e CSAH)	3 (CIRC, CEC e CSAH)	2 (CEC e CEA)
	TOTAL		18	20	17
Sec.	NOTURNO	EFA - B3	3	3	3
		EFA - NS	2	3	3
	DIURNO	COI	0	0	1
	TOTAL		5	6	7
TOTAL DE TURMAS			37	37	35

A escola optou por implementar esta tipologia de CEF, atendendo ao perfil dos alunos, à disponibilidade de financiamento europeu e aos recursos humanos e materiais existentes na escola.

Em relação à implementação do projeto percursos curriculares alternativos (PCA), esta oferta educativa/formativa procura soluções alternativas ajustadas à diversidade de casos que não se enquadram no ensino regular.

No que concerne ao projeto aprender e ensinar em equipa (PAEE), criado no ano letivo 2001/2002, este foi implementado para responder àqueles discentes que apresentam risco de abandono e dificuldades de aprendizagem, usufruindo de um apoio mais personalizado e individualizado. As disciplinas (Português, Matemática, Inglês e Ciências Físico-Químicas) são lecionadas por dois docentes, permitindo esse apoio e fomentando o trabalho em equipa.

Relativamente aos cursos de educação e formação para adultos (EFA), estes surgiram para proporcionar formação para a população adulta, com o objetivo de concluírem o ensino básico e/ou secundário, tendo havido, desde o seu início, uma adesão significativa.

Além da oferta educativa/formativa diversificada e como complemento à formação dos alunos, a escola dinamiza diferentes e variados clubes, projetos e modalidades desportivas, os quais são escolhidos e desenvolvidos, a partir de propostas da Direção Regional de Educação (DRE) e da escola, após aprovação em Conselho Pedagógico.

Assim, a nossa escola disponibiliza aos alunos os seguintes clubes e projetos:

CLUBES E PROJETOS			2015/2016	2016/2017	2017/2018
DRE	PROJETOS	Atlante	X	-	X
		Baú de Leitura	X	X	X
		Carta da Convivialidade	X	X	X
		Eco-Escolas	X	X	X
		Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos	X	X	X
		Educação Sexual e Afetos (ESA)	X	X	X
		Núcleos Desportivos (andebol, <i>badminton</i> , <i>futsal</i> , judo, multiatividades, patinagem, ténis de mesa, voleibol, ginástica de grandes superfícies e atividade motora adaptada)	X	X	X

Escola		Parlamento Jovem Regional	X	X	X
		Plano Regional de Educação Rodoviária (PRER)	X	X	X
		Rede de Bufetes Escolares Saudáveis (RBES)	X	X	X
	CLUBES	Ateliê de Artes Plásticas	X	X	X
		Ateliê de Cinema	X	X	X
		Europeu	X	X	X
	PROJETOS	Apoio às Ciências – Torre Ciência	X	X	X
		Aptidão Física dos Lobitos	X	X	X
		Meditação	-	-	X
		NoDigitalGap (Erasmus+KA2-Adultos)	-	-	X
		Saúde e Bem-Estar	-	-	X
	CLUBES	Dança	X	-	-
		Escola da Torre (CET)	X	X	X
		<i>Eu Sou</i> (Yoga, etc.)	X	X	-
		Robótica	-	-	X

De sublinhar que os projetos Educação para a Segurança e Prevenção de Riscos (PESPR), Educação Sexual e Afetos (ESA), Atlante e Carta da Convivialidade (CC) são desenvolvidos nas aulas de Formação Pessoal e Social (FPS).

As restantes atividades extracurriculares implicam a inscrição e a frequência por parte dos alunos, envolvendo uma grande percentagem de discentes e constituindo uma mais-valia na formação integral dos nossos jovens.

4.1.2. Outros serviços

Na escola, existe uma diversidade de outros serviços que apoiam e procuram responder às necessidades da comunidade escolar, a saber:

- biblioteca – utilizada por toda a comunidade escolar, com a dinamização de várias atividades, desenvolvidas ao longo do ano;



- ação social escolar – orienta os alunos e encarregados de educação na concessão de apoios escolares;
- serviços administrativos – assiste e orienta administrativamente a comunidade escolar;
- papelaria – atende a comunidade escolar e fornece-lhe produtos essenciais às necessidades básicas;
- reprografia – reproduz documentos escritos e realiza montagens e encadernações, entre outros, a alunos, pessoal docente e não docente e encarregados de educação. De salientar que as reproduções dos originais são gratuitas, desde que sejam manifestamente relevantes para o processo ensino-aprendizagem, de acordo com as normas estabelecidas;
- refeitório – serve diariamente refeições, confeccionadas por funcionários da escola, de acordo com os menus saudáveis e as normas de segurança alimentar;
- bares para alunos, professores e funcionários – fornecem uma variedade de produtos alimentares de cafetaria e refeições ligeiras, de acordo com os menus saudáveis e as normas de segurança alimentar;
- educação especial – presta apoio pedagógico personalizado aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE);
- serviço de psicologia – está a cargo de uma psicóloga. Durante este ano letivo 2017/2018, o serviço conta com a colaboração de uma psicóloga estagiária. Este serviço desenvolve-se em três áreas: apoio ao sistema de relações da comunidade escolar, apoio psicopedagógico e orientação escolar e profissional.

4.2. Aprendizagem

4.2.1. Medidas de promoção do sucesso escolar

A escola, ao longo destes três anos letivos, aplicou um conjunto de medidas, no sentido de promover a melhoria dos resultados escolares, quer a nível do domínio cognitivo, quer a nível do domínio das atitudes/valores, destacando-se as seguintes:

- apoio ao Estudo no 3.º ciclo, nas disciplinas de Português, Matemática e Inglês com uma carga horária semanal de um tempo letivo para cada disciplina. No 2.º ciclo, os dois tempos de Apoio ao Estudo são utilizados para apoiar os alunos em todas as disciplinas, nomeadamente esclarecimento de dúvidas, realização de tarefas, desenvolvimentos de estratégias e métodos de estudo;
- apoios pedagógicos acrescidos (APA's) nas disciplinas de Português, Matemática, Inglês, Ciências Físico-Químicas, Francês, Ciências Naturais, Educação Visual, Geografia e História;
- apoio individualizado e, nalguns casos, cooperativo aos alunos com necessidades educativas especiais;
- acompanhamento dos alunos com currículo adaptado (currículo específico individualizado - CEI), onde os alunos têm a possibilidade de desenvolver competências em contextos reais;
- reuniões semanais das disciplinas de Matemática e de Português, com o objetivo de desenvolver estratégias de operacionalização das várias competências, no âmbito dos novos programas de Português e de Matemática do ensino básico;
- oferta de percursos específicos (PCA, CEF e EFA);
- projeto de Capacitação de alunos da RAM (que após 2016 mudou a denominação para Projeto GPS - Projeto Gerir e Potenciar o Sucesso do aluno), que acompanha e orienta alunos em risco, desenvolvendo, igualmente, um trabalho de proximidade com as suas famílias;
- realização de reuniões de conselho de turma, envolvendo os encarregados de educação, a psicóloga e um elemento do conselho executivo, no sentido de encontrar soluções para o fraco rendimento e problemas de comportamento;

- atividades de enriquecimento curricular, articuladas com o projeto educativo de escola;
- flexibilidade na distribuição/elaboração de horários;
- atribuição do cargo de diretor de turma (DT), tendo em conta o perfil do docente;
- projeto “aprender e ensinar em equipa” (PAEE);
- equipa de intervenção disciplinar (EID);
- serviços de psicologia e orientação (SPO);
- gabinete de apoio ao aluno (GAA), o qual concede apoio aos alunos que, por motivos de comportamento na sala de aula, são encaminhados para este gabinete, assim como a qualquer outro aluno que queira usufruir de apoio no estudo, nalguns conteúdos que sinta maior dificuldade;
- substituições e permutas;
- apoio de professores tutores a alunos que apresentem situações que requeiram essa orientação;
- o desdobramento nas disciplinas de Ciências da Natureza e Ciências Físico-Químicas;
- atribuição de prémios e distinções aos alunos que se distingam sobretudo no aproveitamento, mas também no empenho, interesse, assiduidade, pontualidade, comportamento e participação em atividades extracurriculares;
- equipa multidisciplinar, com o objetivo de implementar atividades socioculturais.

4.2.2. Monitorização e avaliação das aprendizagens

Na escola, existem mecanismos de identificação de situações de risco de insucesso e abandono, sobretudo através dos conselhos de turma que sinalizam os casos de alunos em risco de retenção ou abandono.

Neste sentido, são elaborados planos de acompanhamento pedagógico individualizado (PAPI's) para os alunos que apresentam três ou mais níveis negativos, sendo, posteriormente, dados a conhecer ao aluno e respetivo encarregado de educação. Em alguns casos, são realizados e enviados relatórios para a comissão de proteção de crianças e jovens de Câmara de Lobos (CPCJCL) e para a segurança social, dentro dos prazos estabelecidos.

No que concerne à utilização das diferentes formas de avaliação, verificamos que as práticas de diversificação das modalidades estão generalizadas. Todos os docentes usam registos de avaliação, uniformizados por disciplina, nas suas atividades letivas, de modo a permitir uma análise e avaliação contínuas das aprendizagens dos alunos.

Todas as disciplinas apresentam vários momentos de avaliação, em particular testes, questões-aula, fichas de trabalho e outros trabalhos (individuais e/ou em grupo) realizados pelos alunos para aferir a qualidade das suas aprendizagens.

Relativamente aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE), a maioria das disciplinas recorre à avaliação diferenciada, através de adequações no processo de avaliação (APA) e adequações curriculares individuais (ACI), definidas, em conselho de turma, no início do ano letivo, em conjunto com as docentes da educação especial.

Os critérios de avaliação de todas as disciplinas são dados a conhecer aos alunos e encarregados de educação (EE), no início de cada ano letivo, através da caderneta do aluno e/ou caderno diário e nas reuniões com os encarregados de educação.

A evolução do progresso das aprendizagens é, também, comunicado aos EE através de atendimento semanal, das avaliações intercalares e das reuniões de final de período.

O percurso escolar dos alunos é analisado e refletido em conjunto com os discentes em contexto de sala de aula e, em finais de período, é efetuada a autoavaliação por parte dos alunos, envolvendo-os na análise do seu progresso e cumprimento de metas estabelecidas.

4.3. Ensino

4.3.1. Práticas Pedagógicas

No sentido de melhorar as aprendizagens dos alunos e tornar o processo educativo mais enriquecedor, são várias as práticas pedagógicas implementadas na nossa escola.

A gestão articulada e contextualizada do currículo é prática corrente e é formalizada através das planificações disciplinares, elaboradas de acordo com o programa e

metas curriculares por nível e ano de escolaridade, no ensino regular, e por turma, nos cursos (CEF e EFA) e percursos curriculares alternativos.

É frequente o uso de práticas experimentais/metodologias ativas no processo de ensino, recorrendo a recursos educativos e materiais diversificados, nomeadamente à utilização das novas tecnologias, no sentido de estimular a atenção dos alunos, o gosto de aprender e proporcionar experiências enriquecedoras e integradas.

A adequação das atividades educativas às capacidades e ritmos dos alunos é também uma prática comum e constata-se através de, por exemplo, adequações do currículo, implementação de estratégias diferenciadas em sala de aula, apoios pedagógicos acrescidos, adequações nos critérios e instrumentos de avaliação, aulas de coadjuvação e elaboração de planos de acompanhamento pedagógico.

A adoção do manual escolar é realizada pelos docentes, de acordo com os critérios de apreciação, seleção e adoção dos manuais escolares emanados pela Direção Geral de Educação. Posteriormente, a escola adquire e disponibiliza os manuais aos discentes, conforme o escalão de rendimento do agregado familiar do aluno.

O manual escolar adotado é muito utilizado por todos os professores como instrumento de trabalho em sala de aula. No entanto, alguns não estão devidamente atualizados, de acordo com o novo programa e metas curriculares da disciplina, ou são em número insuficiente. Os professores, geralmente, contornam este constrangimento, projetando o manual digital, facultando fotocópias e preparando fichas de trabalho/informação.

4.3.2. Monitorização e avaliação do ensino

Relativamente à monitorização do desenvolvimento do currículo, esta é realizada periodicamente em grupo/departamento através do preenchimento e análise de grelhas e, posteriormente, apresentada em conselho pedagógico, que verifica o cumprimento dos programas e metas curriculares. Aquando do incumprimento, este é devidamente justificado, ficando registado em ata, sendo implementadas estratégias de reajustamento da planificação.

No que diz respeito à coerência entre ensino e avaliação, a nossa escola possui critérios de avaliação definidos pelos grupos disciplinares e monitorizados pelo

conselho pedagógico, que constam no plano anual de escola e são, obrigatoriamente, divulgados, logo no início do ano letivo, aos discentes e respetivos encarregados de educação. Estes critérios de avaliação são operacionalizados por todos os docentes, através de instrumentos de avaliação das aprendizagens dos alunos e registados em grelhas de avaliação.

São efetuados procedimentos regulares de monitorização dos resultados das aprendizagens, de forma a adequar as estratégias de recuperação, nomeadamente os planos de acompanhamento pedagógico individuais dos alunos com três ou mais níveis negativos. Para os alunos com necessidades educativas especiais, são respeitadas as orientações dos docentes da educação especial.

Todas as disciplinas têm manual adotado e os docentes procuram aplicar metodologias ativas e desafiantes, utilizando vários instrumentos de avaliação do desempenho dos alunos, nomeadamente testes de avaliação, fichas de trabalho, questões-aula, trabalhos individuais e/ou em grupo, entre outros.

Constata-se, nos grupos disciplinares, a existência de documentação arquivada referente às planificações, registos de análise do (in)sucesso, (in)cumprimento dos programas, testes de avaliação, fichas de trabalho, assim como outros materiais pedagógicos imprescindíveis às aprendizagens dos alunos.

A análise dos resultados do (in)sucesso apresenta-se como um mecanismo de aferição da adequação das estratégias e práticas pedagógicas. Verifica-se, também, que as avaliações diagnósticas e formativas constituem um dado importante na adequação das planificações curriculares, na reformulação de estratégias educativas diferenciadas e na adoção de medidas de promoção do sucesso dos alunos.

4.4. Cultura Organizacional

4.4.1. Trabalho em equipa

Na nossa escola, o trabalho em equipa é bem visível nas tarefas levadas a cabo nos conselhos de turma, nas reuniões de grupo e departamento, bem como nos clubes e/ou projetos e atividades desenvolvidas a nível do plano anual de escola (PAE).

Esse trabalho cooperativo entre os docentes está bem patente na elaboração e concretização das planificações e critérios de avaliação dos alunos, programação

das atividades letivas e não letivas associadas às diferentes disciplinas, elaboração das informações-prova e provas a nível de escola e de equivalência à frequência, na análise dos resultados obtidos e através da verificação do cumprimento das respetivas planificações/programas, no que diz respeito às reuniões de grupo e departamento. Nos conselhos de turma, através, por exemplo, das articulações interdisciplinares, da elaboração dos planos de acompanhamento individual dos alunos com mais dificuldades, na análise e discussão do comportamento, aproveitamento e assiduidade dos discentes de cada turma, na marcação dos testes de avaliação e/ou questões-aula e partilha de experiências e impressões sobre e com a turma em questão.

Neste âmbito, os clubes, os projetos e a equipa multidisciplinar têm também um papel preponderante, uma vez que são meios de excelência para a implementação de uma filosofia de trabalho de grupo, interajuda e partilha de ideias, conhecimentos, vivências e materiais, em prol de um serviço educativo assente nos valores tradicionais e na valorização do *saber-fazer*.

Um exemplo claro do trabalho desenvolvido pelos docentes nesta área é o praticado nas turmas que integram o Projeto “aprender e ensinar em equipa” (PAEE), uma oferta educativa/formativa alternativa ao regime geral que a nossa escola apresenta, assim como os percursos curriculares alternativos (PCA).

4.4.2. Comunicação interna

A comunicação interna, na nossa escola, segue, por norma, a hierarquia existente na mesma.

Assim, os instrumentos de comunicação, para além da comunicação oral, são diversos, tais como: reuniões, correio eletrónico, telefone e/ou telemóvel, comunicados/circulares, placares informativos, página *web* da escola, *facebook* e caderneta do aluno.

Esta foi avaliada pelos alunos e docentes como “suficiente” e pelos encarregados de educação de “bom”.

4.4.3. Participação na tomada de decisão

Toda a comunidade escolar é chamada a participar em vários momentos de decisão. Tal situação é bem visível nas participações que se verificam aquando da realização das reuniões do conselho da comunidade educativa (CCE), onde estão presentes: oito representantes do pessoal docente, dois dos encarregados de educação, dois do pessoal não docente, um da educação especial, um da autarquia, um da segurança social e um da polícia de segurança pública. Também os alunos participam na tomada de decisão através dos seus representantes, um do ensino noturno, outro do diurno.

Todas as turmas têm um delegado e um subdelegado de turma, bem como um representante efetivo e outro suplente dos encarregados de educação, que os representam em todas as situações escolares que se revelem necessárias.

O pessoal não docente também não é esquecido e contribuem, inúmeras vezes, para a melhoria do funcionamento da escola, através das suas sugestões, comentários e/ou opiniões.

Os docentes, por sua vez, são constantemente chamados à participação nas diferentes tomadas de decisão, através de várias formas, mas sobretudo nas reuniões de grupo disciplinar, departamento curricular, conselho pedagógico e conselhos de turma.

4.5. Cultura Relacional

4.5.1. Relação escola-pais/encarregados de educação

No que concerne à existência e adequação dos contactos dos pais/EE com a escola, os diretores de turma recorrem às reuniões de atendimento semanal, ao contacto telefónico e à caderneta do aluno para fornecer informações sobre os seus educandos. A quase totalidade dos encarregados de educação estiveram presentes, pelo menos três vezes, em reuniões com os diretores de turma, particularmente nas de entrega dos registos de avaliação periódica. Desta forma, atingiu-se a meta do projeto educativo de escola (PEE), “Garantir que 50% dos encarregados de educação compareçam na escola, pelo menos uma vez por período”, estipulada para o objetivo intitulado “Incrementar a participação dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos”.

A escola procura desenvolver atividades, no sentido de estimular e sensibilizar os pais para a participação na vida escolar dos seus filhos. Este envolvimento é mais notório aquando da entrega de prémios de mérito aos alunos.

Atualmente, não existem projetos conjuntos entre pais e escola para a melhoria desta e das aprendizagens. No entanto, foi realizado um *workshop* para os pais, dinamizado pelo conselho da comunidade educativa (CCE), e ações de sensibilização, promovidas pela equipa de intervenção disciplinar (EID).

4.5.2. Parcerias e recursos da comunidade envolvente

No que concerne ao desenvolvimento de projetos, parcerias e soluções inovadoras para melhoria da escola/aprendizagens, podemos constatar que, nestes últimos anos, a nossa escola tem atraído alunos das áreas limítrofes, mantendo boas relações com as escolas do primeiro ciclo. Foram estabelecidos acordos e protocolos com diferentes instituições e empresas da região, havendo uma salutar colaboração, principalmente no momento da realização dos estágios dos cursos CEF e EFA de dupla certificação.

Efetivamente, a colaboração entre a escola e a comunidade tem sido uma constante. Vários têm sido os exemplos de boas práticas que abrem a escola ao meio e promovem a cooperação mútua, nomeadamente:

- o trabalho realizado pelas turmas de PCA, em colaboração com o centro social e paroquial de Santa Cecília (projeto *Esc@up*) e a cedência das instalações da igreja paroquial (celebração litúrgica do Natal e da bênção das capas dos cursos EFA);
- a cooperação dos cursos EFA com a casa do povo de Câmara de Lobos e desta com alguns docentes da nossa escola que se disponibilizam para lecionar na universidade sénior;
- a articulação com a câmara municipal, principalmente na realização das apresentações públicas em espaços da autarquia, na cedência de transporte para a realização de visitas de estudo, na colaboração com o conselho da comunidade educativa (CCE), na realização dos encontros e o seu apoio na atribuição do prémio de melhor aluno e do prémio de mérito “Joaquim Pestana”;

- a colaboração entre a escola e a fraternidade franciscana, residente no convento de S. Bernardino, na cedência de espaços para apresentações públicas dos cursos EFA, visitas de estudo e celebrações litúrgicas;
- as ações de sensibilização/formação dinamizadas pela biblioteca municipal, envolvendo alunos da nossa escola;
- o apoio da comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ), na monitorização dos nossos alunos em risco de abandono escolar;
- a participação ativa dos representantes com assento no conselho da comunidade educativa, externos à escola, em diversos projetos e atividades da nossa escola.

É de referir também que alguns dos nossos projetos têm sido referenciados na comunicação social, nomeadamente as apresentações públicas dos cursos EFA, o projeto *Memórias d'Outrora*, a participação da nossa escola no desporto escolar, o projeto RIFIA (*ERASMUS+ - KA1*), entre outros. O suplemento do Diário de Notícias da Madeira tem publicado, igualmente, alguns artigos sobre atividades e projetos da escola e alguns docentes têm participado em programas da Antena Um e da RTP Madeira.

4.6. Liderança

4.6.1. Visão estratégica e planeamento

A visão estratégica da escola procura responder às suas reais necessidades, atendendo ao meio sociocultural onde se insere. Deste modo, o conselho executivo delineou, no seu programa de ação, um conjunto de medidas estruturado na missão, visão e valores do projeto educativo, procurando potenciar as forças que a escola evidencia, nomeadamente:

- informalidade nas relações interpessoais;
- abertura, disponibilidade e proximidade da liderança;
- apetência dos alunos pela vertente prática das aprendizagens;
- disponibilidade do pessoal não docente em colaborar, sempre que necessário;
- boa receptividade às iniciativas vindas do exterior;
- profissionalismo dos docentes e não docentes;
- adaptação da oferta formativa/projetos às necessidades dos alunos.

Estas forças são desenvolvidas, tendo em conta o leque de oportunidades advindas do exterior, tais como:

- disponibilidade de várias entidades em colaborar com a escola;
- dinamização de projetos de índole social/lúdica/cultural, envolvendo os nossos alunos;
- reconhecimento do papel da escola e da sua credibilidade pela comunidade;
- solicitações para cedência dos espaços da escola, para a dinamização de atividades e convite para a apresentação pública de projetos desenvolvidos pelo nosso estabelecimento de ensino, bem como a sua participação em iniciativas de outras entidades.

Para a prossecução destas metas, delinearam-se as seguintes estratégias:

- reuniões periódicas formais/informais com as estruturas de gestão intermédia;
- implementação de um programa para a “Promoção da disciplina”, reforçando a formação/sensibilização do pessoal docente, não docente, alunos e encarregados de educação, nas áreas da gestão/mediação de conflitos, competências sociais e pessoais, estatuto do aluno da RAM, competências parentais, entre outras;
- colaboração em projetos de índole local, regional, nacional e internacional;
- proposta de criação de uma equipa multidisciplinar, prevista no estatuto do aluno, da qual façam parte a segurança social, a CPCJ de Câmara de Lobos, centro social e paroquial de Santa Cecília e outras entidades com interesse na matéria;
- dinamização de ações de sensibilização para a comunidade escolar que contribuam para a prossecução dos objetivos do projeto educativo da escola;
- continuidade da aposta na diversificação da oferta formativa;
- intervenção junto da tutela para a colocação de mais um psicólogo e assistentes operacionais.

De realçar que os objetivos estratégicos são comunicados através do correio eletrónico e das reuniões. A sua monitorização é realizada pelo conselho da comunidade educativa, pelo conselho pedagógico, nas reuniões de gestão intermédia, nas reuniões com o pessoal não docente e nas reuniões com os encarregados de educação.

4.6.2. Gestão de recursos humanos, financeiros e materiais

Os critérios de organização e afetação dos recursos encontram-se definidos no regulamento interno (RI) e na legislação em vigor. Portanto, a constituição de turmas, a distribuição de serviço do pessoal docente e não docente, a elaboração de horários, quer dos alunos, quer dos professores, estão explicitamente definidos por princípios orientadores, norteados pela transparência e equidade, tendo em conta os percursos profissionais e a valorização das competências de cada pessoa em benefício da escola, isto é, são considerados determinantes o perfil e a experiência de cada um para as funções a desempenhar.

De sublinhar que a nível dos recursos financeiros, há uma gestão criteriosa que obedece às diretrizes emanadas da tutela e que, apesar da redução financeira, procura dar resposta às necessidades da escola, garantindo o seu normal funcionamento.

No que concerne à promoção e adequação do desenvolvimento profissional, são desenvolvidos planos de formação, no sentido de garantir um desenvolvimento pessoal e profissional, em conformidade com as necessidades da escola.

No que diz respeito à existência e adequação da avaliação do desempenho, a escola tem implementado todos os mecanismos e procedimentos atinentes à avaliação do desempenho do pessoal docente (PD). Por sua vez, a avaliação do desempenho do pessoal não docente (PND) está a ser cumprida, segundo o sistema integrado de gestão e avaliação do desempenho na administração pública (SIADAP).

Já em relação à existência de mecanismos de manutenção de equipamento e instalações, esta é uma das principais preocupações do conselho executivo. Este esforça-se por obter as informações necessárias e atempadas sobre o estado das infraestruturas e equipamentos escolares, através do registo em grelhas próprias sobre eventuais anomalias que, após a sua sinalização, é estudado o cabimento das verbas necessárias à reparação das infraestruturas ou substituição de equipamentos.

Quanto à existência de mecanismos de monitorização da utilização dos recursos materiais, o conselho executivo considera adequado o sistema de levantamento de necessidades. No entanto, é de salientar que a escola, embora disponha dos recursos necessários para o normal funcionamento da mesma, a sua dotação orçamental é insuficiente para fazer face a todas as necessidades.

4.6.3. Motivação dos profissionais

No que respeita à motivação dos profissionais, o conselho executivo (CE) procura valorizar todos os elementos da comunidade escolar. No início do ano letivo, o CE realiza uma reunião geral de receção com todos os docentes, onde apresenta aos professores os dados relativos à organização do ano escolar que começa. Na elaboração de horários de serviço, o CE procura respeitar as preferências e solicitações indicadas pelos docentes, concedendo, praticamente a todos, um dia sem componente letiva.

Ao longo do ano letivo, demonstra disponibilidade e recetividade para dialogar com os diferentes elementos da comunidade, sem marcação prévia, contribuindo para o desenvolvimento de um clima aberto, participativo e democrático.

O trabalho colaborativo realizado pelos docentes, nos conselhos de turma e nos grupos disciplinares, é também um fator de motivação profissional.

No que respeita ao pessoal não docente, como reconhecimento dos seus serviços prestados, o CE atribui um “bónus” de três a cinco dias de ausência ao serviço, nos períodos de interrupção letiva.

Por vezes, nos períodos de interrupção letiva, o órgão de gestão organiza convívios entre o pessoal docente e não docente.

4.6.4. Autoavaliação, responsabilização e melhoria

A escola sempre levou a cabo práticas de autoavaliação e implementação de medidas que visam a melhoria, não só dos resultados obtidos a nível da avaliação dos nossos alunos, mas também da implementação de medidas promotoras do sucesso, registadas em grelhas, analisadas e discutidas em sede de conselho pedagógico e conselho da comunidade educativa.

A elaboração do projeto educativo, nomeadamente na definição das suas metas, e o plano anual de escola são sempre elaborados com vista a serem conseguidos e melhorados os aspetos considerados pontos fracos da escola, procurando respeitar a coerência entre a autoavaliação e o plano de ação para melhoria.

O envolvimento e participação dos vários atores na autoavaliação e no desenvolvimento de planos de melhoria é conseguido aquando dos balanços efetuados nos finais de período, pelos diferentes grupos disciplinares. Estes não só analisam os resultados obtidos como os procuram justificar e implementar estratégias de remediação, quando não se atinge os resultados esperados, responsabilizando assim os vários atores pelos objetivos e resultados alcançados. Desta forma, há claramente um impacto da autoavaliação no planeamento, na organização e práticas educativas, visto que existe uma reformulação constante das estratégias implementadas.

4.7. Projeto Educativo e Identidade

4.7.1. Identidade e sentido de pertença com a escola

Na elaboração dos documentos estruturantes da escola, são ouvidas e tidas em conta as opiniões dos vários atores. Para isso, são recolhidas ideias/sugestões, a nível dos grupos disciplinares, coordenações (ciclo e equipas de trabalho), pais, alunos e parceiros, contribuindo assim para que todos os atores se identifiquem com a missão e identidade da escola.

4.7.2. Coerência com a realidade da escola e o que está proposto no PEE

Num quadro pintado pela heterogeneidade e pela disparidade de interesses e motivações constatáveis no seio de cada turma, do pessoal docente e não docente, dos encarregados de educação e de todo o meio circundante à escola, emerge a necessidade de concessão de um projeto educativo de escola (PEE). Ao traçar os seus próprios mecanismos de autorregulação, assume-se como um instrumento de construção da autonomia, consubstanciada na tomada de decisões, nos domínios: estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, visando, para além da formação científica e tecnológica, o desenvolvimento de valores, nomeadamente a solidariedade, a tolerância e a responsabilidade. Deste modo, tem em conta a caracterização do contexto social e geográfico da localidade, a caracterização da escola, o diagnóstico dos problemas detetados, assim como as

prioridades e metas para a sua superação.

Os atores escolares, no seu desempenho, orientam as suas funções e estratégias de modo a serem coerentes com os valores expressos no projeto educativo de escola.

Todas as atividades do plano anual de escola têm como objetivo a consecução de uma ou mais metas do projeto educativo de escola.

A elaboração dos outros documentos orientadores da escola, nomeadamente o plano anual de escola e o regulamento interno, é feita tendo por base o PEE.

5. Eixo dos Resultados

A avaliação dos resultados obtidos pretende aferir se, de um modo geral, os processos utilizados estão a produzir os efeitos esperados, analisando a relevância, coerência, eficácia, eficiência e impacto dos mesmos.

No que concerne à avaliação das aprendizagens, esta é alvo de análise e reflexão por parte dos conselhos de turma, grupos disciplinares, departamentos curriculares e conselho pedagógico.

5.1. Classificações

5.1.1. Classificações internas

Os dados que se seguem referem-se ao sucesso obtido no terceiro período de cada ano escolar (níveis iguais ou superiores a três).

2.º CICLO (PERCENTAGEM DOS NÍVEIS POSITIVOS)

5.º ANO	PT	MAT	ING	HGP	CN	EV	ET	EM	EF	EMRC
2015/2016	86,0	75,0	84,0	84,0	81,2	94,7	77,2	89,5	91,0	94,0
2016/2017	80,0	54,5	70,1	85,0	69,8	76,6	73,0	79,7	98,0	94,0
2017/2018	72,0	68,9	84,1	93,0	87,3	80,6	87,3	81,6	96,0	96,0

6.º ANO	PT	MAT	ING	HGP	CN	EV	ET	EM	EF	EMRC
2015/2016	80,0	59,7	74,3	80,0	82,6	79,6	79,6	82,5	90,0	93,0
2016/2017	87,0	71,1	78,7	92,0	90,9	90,1	76,3	90,0	90,0	93,0

2017/2018	84,0	69,6	86,1	86,0	92,4	70,2	85,5	85,2	97,0	96,0
-----------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Atendendo aos dados acima apresentados, concluiu-se que a taxa de sucesso, no 2.º ciclo, foi positiva, uma vez que o resultado obtido, em todas as disciplinas, foi igual ou superior a 54,5 %.

3.º CICLO (PERCENTAGEM DOS NÍVEIS POSITIVOS)

7.º ANO	PT	MAT	ING	FRA	HIS	GEO	CN	FQ	EV	EM	EF	TIC	EMRC
2015/2016	69,0	41,2	54,8	52,7	66,4	69,0	77,0	68,0	66,4	75,7	86,0	83,5	87,0
2016/2017	72,0	61,1	52,4	80,3	83,0	78,0	68,7	78,1	80,0	86,5	91,0	93,7	92,0
2017/2018	63,0	50,5	60,3	84,7	79,0	74,0	74,5	67,0	75,8	85,5	87,0	86,7	94,0

8.º ANO	PT	MAT	ING	FRA	HIS	GEO	CN	FQ	EV	TIC	ET	EF	EMRC
2015/2016	86,0	44,0	70,7	77,4	93,6	80,0	93,0	85,0	91,2	95,1	91,0	96,0	98,0
2016/2017	79,0	53,3	60,4	72,3	74,0	64,0	92,6	87,4	91,0	97,5	90,9	100	97,0
2017/2018	83,0	48,1	57,9	75,0	92,0	81,0	90,0	92,6	94,2	96,7	89,0	96,0	97,0

9.º ANO	PT	MAT	ING	FRA	HIS	GEO	CN	FQ	EV	EF	EMRC
2015/2016	81,0	43,7	76,1	90,1	96,7	90,0	99,0	88,0	94,2	99,0	88,0
2016/2017	91,0	40,9	87,8	83,6	98,0	100	96,7	95,6	96,6	100	100
2017/2018	91,0	52,3	75,5	78,4	97,0	96,0	96,5	88,0	98,1	100	100

No caso do 3.º ciclo, a taxa de sucesso diminuiu relativamente à do 2.º ciclo, em algumas disciplinas, principalmente em Matemática, e noutras até aumentou, como é o caso de História, especialmente no 9.º ano, e Ciências Naturais e Educação Física, nos 8.º e 9.º anos.

A descida na taxa de sucesso atrás referida verificou-se, em todas as disciplinas, na transição do 6.º ano para o 7.º.

De realçar que os resultados das diferentes disciplinas, no triénio 2015 a 2018, apresentam uma evolução de melhoria do sucesso escolar dos alunos, à exceção dos obtidos na disciplina de Matemática, onde os discentes continuam a demonstrar maiores dificuldades, à semelhança do que sucedeu no 2.º ciclo.

5.1.2. Classificações externas

Português							
Ano	N.º de Alunos	Classificação Interna (CI)	Classificação Externa (CE)	Desvio (entre CI e CE)	Média da Escola (ME)	Média Nacional (MN)	Desvio (entre ME e MN)
		% de positivas					
2015-2016	64	81	67	14 pp*	51	57	6 pp
2016-2017	85	91	65	26 pp	55	58	3 pp
2017-2018	50	96	84	12 pp	60	66	6 pp

*pp – pontos percentuais

5.1.3. Comparação entre a classificação interna e a externa (9.º ano)

Comparando a classificação interna com a externa, constatou-se que, no triénio em análise, de um modo geral, houve um desvio negativo, sendo este mais notório no ano letivo 2016/2017.

Comparando a média da escola com a média nacional, verificou-se, igualmente, um desvio negativo, mas pouco significativo nos três anos letivos em análise.

Segundo o grupo de Português, o aumento de positivas deve-se às seguintes razões:

- nas turmas onde a taxa de sucesso foi superior, não houve problemas de comportamento significativos;
- os professores têm vindo a adequar os processos de avaliação, inclusive para os alunos que apresentaram dificuldades de aprendizagem e não se encontravam inscritos na educação especial;
- as adequações curriculares individuais e no processo de avaliação para alunos com necessidades educativas especiais ou que apresentem dificuldades de aprendizagem ajudam a diminuir e a combater as dificuldades manifestadas;
- os alunos estão mais habituados aos novos programas de Português e empenham-se mais no seu processo de aprendizagem;
- os discentes estão mais familiarizados com a estrutura das provas finais, que é semelhante à dos testes de avaliação, bem como com os critérios de classificação aplicados;

- os encarregados de educação têm manifestado progressivamente um maior acompanhamento no processo de aprendizagem dos seus educandos;
- as reuniões de grupo, de carácter semanal, destinam-se à adequação de conteúdos e estratégias e à preparação de materiais didáticos;
- as aulas de Apoio ao Estudo, principalmente quando lecionadas pelo professor titular da turma, atenuam as dúvidas da matéria lecionada em Português.

Alegam ainda que os desvios verificados entre a classificação interna e externa se devem aos seguintes fatores:

- a avaliação externa contempla apenas os domínios da compreensão do oral, da compreensão da leitura, da educação literária, da gramática e da escrita, contrariamente à avaliação interna que contempla também os domínios da leitura e das atitudes e valores;
- a avaliação interna é contínua e as estratégias utilizadas são diversificadas e adequadas às especificidades dos alunos;
- maior consciencialização, por parte dos alunos e dos encarregados de educação, para a importância de obter uma média positiva nas avaliações interna e externa que permita aos discentes a conclusão do terceiro ciclo.

Matemática							
Ano	N.º de Alunos	Classificação Interna (CI)	Classificação Externa (CE)	Desvio (entre CI e CE)	Média da Escola (ME)	Média Nacional (MN)	Desvio (entre ME e MN)
		% de positivas					
2015-2016	64	48	23	25 pp	28	47	19 pp
2016-2017	85	43	22	21 pp	28	53	25 pp
2017-2018	50	56	18	38 pp	32	47	15 pp

Comparando a classificação interna com a externa, concluiu-se que, no triénio em análise, de um modo geral, houve um desvio negativo, sendo este mais notório no ano letivo 2017/2018.

Comparando a média da escola com a média nacional, verificou-se, igualmente, um desvio negativo, com maior incidência no ano letivo 2016/2017.



O grupo atribui estes desvios ao facto da avaliação interna se reger por parâmetros predefinidos pela escola e que valorizam aspetos que não são mensuráveis na avaliação externa. Face ao exposto, há um considerável número de alunos com nível três na avaliação interna, conseguido, em grande parte, pela classificação obtida nos parâmetros referentes às atitudes e valores.

Assim, o grupo continuará a implementar as estratégias a seguir mencionadas:

- valorização da participação, empenho e da realização dos trabalhos de casa;
- valorização da assiduidade, pontualidade e material;
- informação sobre o aproveitamento do aluno ao encarregado de educação através do diretor de turma ou através da caderneta do aluno;
- reforço de atividades/exercícios referentes à disciplina;
- exigência de mais empenho, atenção e participação dos alunos nas atividades propostas;
- aproximação das questões dos testes escritos à linguagem utilizada na prova;
- realização de trabalhos de grupo;
- testes adaptados;
- questões-aula;
- apoio individualizado aos alunos com mais dificuldades;
- fornecimento de atividades de exploração aos alunos mais autónomos;
- aumento das interações verbais aos alunos menos autónomos;
- treinar o raciocínio lógico/abstrato, através de exercícios adequados a cada aluno/turma;
- evidenciar, tanto quanto possível, o esforço e a capacidade dos alunos;
- diversificação de estratégias, atividades e materiais discutidos nas reuniões semanais do grupo;
- estabelecimento de regras a cumprir na sala de aula.

5.2. (In)sucesso

5.2.1. (In)sucesso interno

Taxas de transição/conclusão por ano e ciclo (ensino regular)

Ano		Percentagem de transição por ano			Percentagem de transição por ciclo		
		2015/2016	2016/2017	2017/2018	2015/2016	2016/2017	2017/2018
2.º Ciclo	5.º	86	72	84	79	78	85
	6.º	79	86	86			
	PCA	90	63	75			
3.º Ciclo	7.º	64	72	68	77	78	78
	8.º	88	74	80			
	9.º	85	91	88			
	PCA	86	77	82			

Relativamente às taxas de transição, verificam-se oscilações em todos os anos de escolaridade, à exceção do 6.º ano, que sofreu um aumento de sete pontos percentuais de 2015/2016 para 2016/2017, tendo-se mantido a mesma percentagem no ano seguinte. Esta realidade, tendo em conta o triénio 2015 a 2018, aproxima-se da meta “diminuir o número de retenções nos 6.º e 7.º anos de escolaridade em 8% (2% por ano), excluindo os alunos que abandonarem a escola”. Poder-se-á até afirmar que foi mesmo cumprida, atendendo ao período em análise.

No entanto, tal meta, definida para o objetivo intitulado “melhorar o sucesso escolar” do projeto educativo de escola, não foi atingida a nível dos restantes anos de escolaridade. Nos 5.º e 8.º anos, verificou-se uma diminuição da taxa de transição, seguida de um aumento, enquanto nos 7.º e 9.º anos constatou-se um aumento, seguido de uma diminuição.

A nível do 2.º ciclo, apesar de ter havido uma descida de um ponto percentual do primeiro para o segundo ano, observou-se um aumento de sete pontos percentuais, de 2016/2017 para 2017/2018, na percentagem de transição por ciclo.

Já em relação ao 3.º ciclo, houve um aumento de um ponto percentual de 2015/2016 para 2016/2017, não sofrendo qualquer alteração no ano letivo seguinte, ou seja, a percentagem de transição por ciclo manteve-se igual.

Cursos de Educação e Formação (CEF)

No ano letivo 2015/2016, no segundo ciclo, seis em dez alunos concluíram o curso de mecânico de automóveis ligeiros (CMAL); quatro em dez o curso de operador de informática (COI). No terceiro ciclo, todos os alunos (quinze) que chegaram ao fim do curso de operador de manutenção hoteleira/curso de práticas administrativas (COMH/CPA) concluíram-no com sucesso.

No ano letivo 2016/2017, no terceiro ciclo, onze alunos concluíram o curso de instalador e reparador de computadores (CIRC) e dezasseis o curso de serviço de andares e hotelaria (CSAH).

No ano letivo 2017/2018, terminará o curso de empregado comercial (CEC) e, à data da elaboração desta análise, os alunos encontram-se em estágio profissional.

Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)

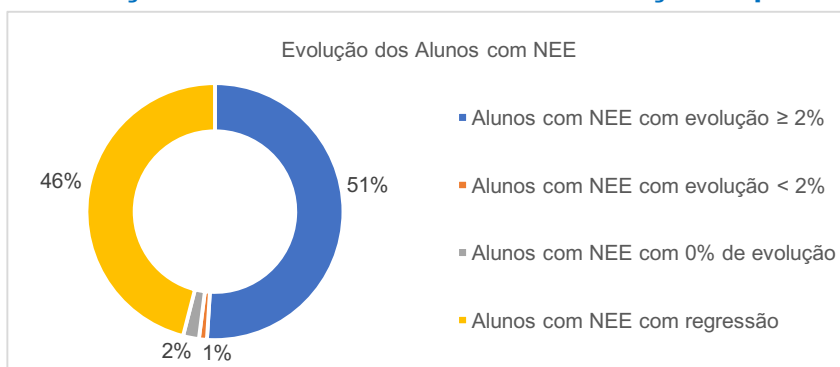
No final do ano letivo 2015/2016, os cursos EFA apresentaram uma taxa de sucesso que se aproxima dos 93%, dado que, dos 101 formandos, 94 concluíram o curso ou transitaram para o ano seguinte.

Relativamente ao ano letivo 2016/2017, a taxa de sucesso foi de, aproximadamente, 88%, uma vez que, dos 58 formandos, 51 concluíram o curso ou transitaram para o ano seguinte.

Por fim, no ano letivo 2017/2018, dos 70 formandos, 68 tiveram sucesso, o que perfaz, aproximadamente, 86%.

Apesar da taxa de sucesso ser elevada, esta diminuiu, nos três anos em análise.

Evolução dos alunos inscritos na Educação Especial



Para o estudo sobre a evolução dos alunos inscritos na Educação Especial, foi considerado um universo de 149 alunos de população atendida em apoio direto, apoio indireto e apoio cooperativo. Esta avaliação teve como instrumentos os objetivos delineados pelos docentes especializados, nos planos de intervenção dos alunos com apoio direto e apoio cooperativo. Deste modo, os alunos com apoio indireto não serão objeto deste estudo, por não haver plano de intervenção e, por sua vez, não existir a respetiva taxa de (in)cumprimento.

Assim, dos 149 discentes, apenas 93 cumpriam os requisitos para que fosse feita uma avaliação, dado que os restantes 56 eram alunos com apoio indireto ou tinham exclusivamente dados de um ano letivo, pelo facto de terem saído da escola ou terem chegado no último ano letivo.

Desta forma, dos 93 discentes com necessidades educativas especiais, com apoio direto e/ou cooperativo e com o respetivo plano de intervenção, 47 apresentaram uma evolução igual ou superior a 2%, a que corresponde a 51% dos alunos. Com uma percentagem de 2%, ficaram os discentes onde não se verificou qualquer evolução ao longo da aplicação do plano de intervenção. De salientar ainda a existência de 1%, o que equivale a um aluno, que, apesar de ter apresentado evolução, se situou abaixo dos 2% estipulados na meta do projeto educativo de escola (PEE).

Do total dos 93 alunos, 46% regrediram na taxa dos objetivos atingidos ao longo do período em estudo. Esta regressão esteve, na maioria dos casos, ligada à elevada falta de assiduidade dos discentes nas aulas e nos apoios diretos.

Por fim, conclui-se que a evolução dos alunos com necessidades educativas especiais não se deve, unicamente, ao trabalho dos professores especializados, mas também ao de todos os docentes envolvidos no percurso escolar destes discentes.

Alunos retidos por turma, ano e ciclo

Ano letivo 2015/2016											
Ciclo	Ano de escolaridade	Turma	Número de alunos no final do ano			Número de alunos retidos por turma	Número de alunos retidos por ano	Número de alunos retidos por ciclo			
2.º Ciclo	5.º ano	A	18	88	228	4	12	47			
		B	22			3					
		C	21			1					
		D (PCA)	12			3					
		E	15			1					
	6.º ano	A	19	120		0	25				
		B	24			2					
		C	20			7					
		D (PCA)	18			0					
		E	21			7					
		F	18			9					
	CEF – Tipo 1	CMAL	10	20		4 não concluíram	10 não concluíram				
COI		10	6 não concluíram								
3.º Ciclo	7.º ano	A	23	131	307	6	47	71			
		B	22			8					
		C	20			4					
		D (PCA)	18			5					
		E	17			10					
		F	13			3					
		G	18			11					
	8.º ano	A	19	91		0	11				
		B	21			3					
		C	18			2					
		D	16			4					
		E	17			2					
	9.º ano	A	24	85		6	13				
		B	23			5					
		C (PCA)	17			0					
		D (PAEE)	21			2					
	CEF – Tipo 2	COMH/CPA	19 (2.º ano do curso)			15 concluíram	2 emigraram 2 abandonaram o curso por motivo de gravidez 2 transferidos de escola 1 mudou de curso				
		CIRC	17 (1.º ano do curso)			14 em frequência					
		CSAH	18 (1.º ano do curso)			18 em frequência					

Em 2015/2016, há um maior número de alunos retidos nos 6.º e 7.º anos de escolaridade, ao passo que o menor número de alunos retidos acontece no 8.º ano. Saliente-se que a percentagem de alunos retidos no 7.º ano corresponde a, aproximadamente, 66% dos discentes retidos no terceiro ciclo.

Ano letivo 2016/2017										
Ciclo	Ano de escolaridade	Turma	Número de alunos no final do ano			Número de alunos retidos por turma	Número de alunos retidos por ano	Número de alunos retidos por ciclo		
2.º Ciclo	5.º ano	A	21	76	181	7	21	40		
		B	20			2				
		C	21			8				
		D (PCA)	14			4				
	6.º ano	A	19	91		0	13			
		B	21			2				
		C	22			7				
D (PCA)		10	0							
CEF – Tipo 1	COI	14	14	6 não concluíram						
3.º Ciclo	7.º ano	A	19	122	301	7	34	65		
		B	18			3				
		C	14			6				
		D (PCA)	19			7				
		E (PAEE)	21			1				
		F	13			6				
		G	18			4				
	8.º ano	A	20	90		4	23			
		B	20			8				
		C	20			3				
		D (PCA)	12			0				
		E	18			8				
	9.º ano	A	17	89		0	8			
		B	19			1				
		C	18			2				
		D	17			1				
		E	18			4				
	CEF – Tipo 2	CIRC	14 (2.º ano do curso)			11 concluíram	1 emigrou 5 transferidos de turma 1 transferido de escola 1 excluído por faltas			
		CSAH	16 (2.º ano do curso)			16 concluíram				
		CEC	18 (1.º ano do curso)			13 em frequência				

Em 2016/2017, comparando com o ano letivo anterior, mais uma vez, o maior número de alunos retidos por ano verifica-se no 7.º ano de escolaridade, ao passo que o menor número de alunos retidos acontece no 9.º ano.

Ano letivo 2017/2018								
Ciclo	Ano de escolaridade	Turma	Número de alunos no final do ano			Número de alunos retidos por turma	Número de alunos retidos por ano	Número de alunos retidos por ciclo
2.º Ciclo	5.º ano	A	18	102	168	2	16	25
		B	19			0		
		C	22			1		
		D	12			5		
		E	17			6		
		F	14			2		
6.º ano	A	17	66	1	9			
	B	18		0				
	C	19		5				
	D (PCA)	12		3				
3.º Ciclo	7.º ano	A	21	104	268	7	33	60
		B	25			10		
		C	24			2		
		D (PCA)	13			4		
		E	21			10		
	8.º ano	A	15	97		5	19	
		B	17			1		
		C	15			6		
		D (PCA)	12			1		
		E (PAEE)	21			5		
	9.º ano	F	17	1		8		
		A	17	3				
		B	19	0				
		C	18	3				
	CEF – Tipo 2	CEC	14 (2.º ano do curso)			estão a concluir	1 emigrou 2 excluídos por faltas 2 transferidos de escola 3 transferidos de turma 4 a trabalhar na área de formação do curso tipo 2	
COI		16 (1.º ano do curso)						
CEA		20 (1.º ano do curso)	18 em frequência					

Analisando os três últimos anos letivos, constata-se que, em todos eles, o maior número de alunos retidos por ano ocorre no 7.º ano de escolaridade.

Por sua vez, o menor número de alunos retidos verificou-se no 8.º ano, em 2015/2016, e, nos últimos dois anos letivos, no 9.º ano, o que evidencia o sucesso escolar dos nossos discentes, mesmo num ano de escolaridade em que estão sujeitos a avaliação externa (provas finais de ciclo a Português e Matemática).

5.2.2. (In)sucesso à saída

No que diz respeito aos cursos EFA, apesar de não haver registos do número de alunos que prosseguem estudos ou ingressam no mercado de trabalho, conseguimos apurar, através do seu coordenador, que a maioria dos alunos, que concluem o ensino básico, prosseguem os seus estudos no ensino secundário. De referir, ainda, que alguns dos formandos, que concluem o ensino secundário, ingressam no ensino superior. Os restantes continuam no mercado de trabalho, melhorando as suas condições profissionais.

Relativamente aos cursos de educação e formação (CEF), podemos adiantar que, no ano letivo 2015/2016, dos quinze formandos que concluíram o curso de operador de manutenção hoteleira/curso de práticas administrativas, seis ingressaram no mercado de trabalho, sete prosseguiram estudos, um emigrou e outro não deu a conhecer a sua decisão.

Já em relação ao ano letivo 2016/2017, dos vinte sete formandos que frequentaram o curso de serviço de andares e hotelaria (16 formandos) e curso de instalador e reparador de computadores (11 formandos), um ingressou no mercado de trabalho, vinte e três prosseguiram os estudos, um emigrou e outro não deu a conhecer a sua decisão.

Por último, no ano letivo 2017/2018, de um total de quarenta e dois formandos, dezassete continuam a frequentar o curso de serviço de andares e hotelaria, doze ingressaram no mercado de trabalho, onze prosseguiram estudos, um emigrou e um não deu a conhecer a sua decisão.

5.3. Abandono

5.3.1. Risco de abandono

Ao longo destes três anos letivos, os alunos em situação de absentismo foram devidamente sinalizados e alvo de um plano de recuperação e integração. De sublinhar que todos estes casos foram devidamente trabalhados, através de relatórios de assiduidade, sendo, posteriormente, encaminhados para a segurança social e comissão de proteção de crianças e jovens de Câmara de Lobos.

5.3.2. Abandono e desistência

Relativamente aos casos de abandono e desistência, ao longo deste triénio, registou-se um caso, em cada um destes três anos letivos, em situação de abandono, dentro da escolaridade obrigatória.

No que diz respeito ao abandono precoce, isto é, entre os 18 e os 24 anos, verificou-se que somente dois alunos por cada ano letivo (de 2015 a 2018) se encontraram nesta situação.

Em suma: o abandono escolar na nossa escola é quase nulo, atingindo-se com sucesso o objetivo do projeto educativo, no que diz respeito à prevenção do abandono escolar dos alunos.

5.4. Ambiente Escolar

5.4.1. Cumprimento de regras e disciplina

Tabela – Evolução do número de participações/ Volume de medidas disciplinares aplicadas

NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES POR NÍVEL/CURSO				VOLUME DE MEDIDAS APLICADAS		
NÍVEL	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2015/2016	2016/2017	2017/2018
5.º ano	21	61	238	15	59	331
6.º ano	50	31	28	63	18	28
PCA - 2.º CEB	10	24	2	16	26	2
CEF - 2.º CEB	8	10	0	14	10	0
7.º Ano	104	56	213	119	62	234
8.º Ano	33	27	85	36	35	113
9.º Ano	24	11	26	35	12	33
PCA - 3.º CEB	30	11	52	30	7	60
CEF - 3.º CEB	0	8	11	0	10	14
CEF – SEC.	-	-	3	-	-	3
EFA	-	-	0	-	-	0
TOTAIS	280	239	658	328	239	818

O conselho executivo, em conjunto com os diretores de turma do 5.º ano de escolaridade, antes do início das aulas, faz a receção dos novos alunos e respetivos encarregados de educação, informando-os dos aspetos relevantes do regulamento interno.

De sublinhar ainda que, ao longo do ano letivo, o diretor de turma e restantes docentes dos diferentes anos de escolaridade têm oportunidade de relembrar os discentes dos seus direitos e deveres e de os sensibilizar para a indisciplina. Neste sentido, a escola conta também com a colaboração da equipa de intervenção disciplinar, que acompanha os alunos mais problemáticos, promove encontros com os encarregados de educação e presta apoio aos diretores de turma, quando solicitada, para dialogar com os alunos menos cumpridores das regras.

Apesar dos esforços, a escola continua a debater-se com o problema da indisciplina, que se tem revelado mais preocupante no 2.º ciclo e no 7.º ano de escolaridade. Contudo, o aumento significativo do número de participações, verificado neste último ano letivo de 2017/2018, deve-se sobretudo à alteração no procedimento a tomar aquando da ordem de saída do aluno da sala de aula. Deste modo, nos dois primeiros anos letivos (2015 a 2017), quando era dada a ordem de saída da sala de aula, atribuía-se uma tarefa ao aluno e, se o mesmo regressasse com essa tarefa cumprida, não se assinalava falta de comportamento nem se elaborava a respetiva participação disciplinar. Em 2017/2018, passou a ser obrigatório fazer participação disciplinar. Este facto impossibilita a avaliação da meta “reduzir o número de participações em 20% (5% ao ano)” do projeto educativo de escola.

Numa análise mais aprofundada, podemos aferir que, no ano 2015/2016, o universo de alunos infratores foi de 26% do total de alunos, tendo este número descido para os 18%, em 2016/2017. No ano letivo 2017/2018, este valor aumentou, aproximando-se dos 20%.

Relativamente ao volume de processos disciplinares que implicaram a suspensão da escola, verificaram-se dois no 5.º ano de escolaridade e dois no 7.º ano, em 2015/2016. No ano letivo 2016/2017, foram dois os processos disciplinares, um no 7.º ano, outro no 8.º ano de escolaridade. Em 2017/2018, registaram-se quatro processos disciplinares, três no 8.º ano de escolaridade e um na turma de PCA do 3.º ciclo.

Quanto ao comportamento, da generalidade dos alunos, dentro da sala de aula e de acordo com os registos nas atas das reuniões de avaliação, no ano 2015/2016, constatou-se que 33% das turmas obtiveram a menção de “insatisfatório”, 48% “satisfatório” e 5% a menção de “bom”. No ano letivo 2016/2017, apenas 19% das turmas tiveram um comportamento “insatisfatório”, 58% “satisfatório” e 23%

comportamento “bom”. Por fim, no ano letivo 2017/2018, verificou-se comportamento “insatisfatório” em 29% das turmas, “satisfatório” em 42% e “bom” em 29% das turmas.

Também através dos registos nas atas das reuniões de avaliação, podemos verificar que, em 2015/2016, a pontualidade e assiduidade de 37% das turmas foi “insatisfatória”, a menção “satisfatória” e “bom” foram atribuídas igualmente a 30% das turmas, sendo que os restantes 3% obtiveram menção de “muito bom”. No ano letivo 2016/2017, as menções “insatisfatório”, “satisfatório” e “bom” foram distribuídas por 19%, 50% e 31% das turmas, respetivamente. Em 2017/2018, as mesmas menções foram atribuídas a 33%, 21% e 38% das turmas, respetivamente, e os restantes 8% das turmas obtiveram a menção de “muito bom”.

Relativamente ao cumprimento de tarefas por parte dos alunos, nomeadamente trabalhos de casa, de grupo e relatórios, é monitorizado pelos docentes e em caso de incumprimento é comunicado ao diretor de turma, registado na caderneta dos alunos, discutido em conselho de turma e registado em ata.

5.4.2. Relações entre atores escolares

As relações entre os atores escolares, e olhando aos resultados dos inquéritos aplicados, são boas. Senão vejamos:

A relação entre alunos e pessoal não docente foi classificada pelos alunos e encarregados de educação de “suficiente” e pelo pessoal não docente de “boa”.

A relação entre o pessoal docente e o não docente foi classificada por ambos com a menção de “bom”.

A relação entre alunos e professores foi classificada pelos alunos com “bom”, pelos encarregados de educação e pelos docentes com “suficiente”.

A relação com a chefia foi classificada com “muito bom” por parte do pessoal não docente e com “bom” pelo pessoal docente.

5.5. Grau de Satisfação

5.5.1. ...sobre a prestação e funcionamento dos serviços

No que concerne ao grau de satisfação sobre a prestação dos diversos serviços prestados pela escola e, com base nos dados recolhidos através da aplicação dos inquéritos, podemos concluir que a comunidade escolar em geral está satisfeita. Isto porque todos os serviços foram classificados com a menção de “bom”, à exceção dos serviços prestados pela secretaria, que foram classificados com “muito bom” por parte do pessoal docente; da reprografia, cujos serviços foram classificados, pelo mesmo grupo, com “excelente” e dos bares que foi classificado com “suficiente”, também pelo pessoal docente.

Os serviços prestados pela generalidade dos funcionários foram classificados de “suficiente”, pelos alunos, e de “bom”, pelos professores e encarregados de educação.

5.5.2. ...sobre a qualidade do processo de ensino/aprendizagem

O grau de satisfação sobre a qualidade do processo de ensino/aprendizagem divide-se entre a opinião dos alunos, dos encarregados de educação e dos docentes. Enquanto os docentes dizem “sempre” incutir metodologias e hábitos de trabalho nos alunos, estes e os encarregados de educação afirmam que “quase sempre” isso acontece.

Quanto à disponibilidade dos professores para apoiar os alunos, esta verifica-se, segundo os alunos, “quase sempre”, e “sempre”, de acordo com a opinião dos encarregados de educação e docentes.

Os inquiridos mostraram-se “satisfeitos”, no que diz respeito aos apoios pedagógicos acrescidos, não só para os alunos com necessidades educativas especiais, mas também para aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem, pela utilização do manual escolar e pela atribuição de prémios aos melhores alunos.

Através do diretor de turma, é feita a transmissão da informação relativa às dificuldades/progressos dos alunos.

5.5.3. ...sobre a segurança e ambiente escolar

Relativamente à segurança e ambiente escolar, além da escola ter implementado o plano de emergência e segurança, que é testado todos os anos letivos, os inquiridos veem a escola como um lugar agradável e seguro.

O controlo de entradas e saídas dos alunos é feito através da apresentação do cartão eletrónico e é controlado por um segurança.

Quanto à higiene, esta é assegurada pelos funcionários da escola, assim como a manutenção dos espaços envolventes. Os alunos, por sua vez, são incentivados a manter os espaços que frequentam limpos e arrumados.

5.6. Reconhecimento Social

5.6.1. Atratividade

Existem vários fatores que podem influenciar na atratividade da nossa escola, tais como: a localização; a oferta educativa/formativa diversificada adequada às características, expectativas e motivações dos alunos; a multiplicidade de serviços educativos que apoiam adequadamente os alunos, incluindo os discentes com necessidades educativas especiais; as relações sociais e os laços afetivos entre os intervenientes da comunidade escolar; e, obviamente, a qualidade do ensino.

No presente ano letivo 2017/2018, houve um acréscimo significativo de alunos matriculados no 5.º ano (mais 48 que no ano letivo anterior) e, além disso, até se matricularam dois alunos fora da sua área de residência.

5.6.2. Imagem pública

A perceção global da imagem pública da nossa escola na comunidade local é bastante positiva. Recorde-se, uma vez mais, que, no presente ano letivo, houve um aumento significativo de alunos matriculados no 5.º ano de escolaridade, sendo muitos deles filhos de ex-alunos da nossa escola e que manifestaram o desejo dos seus filhos continuarem na mesma instituição.

Devido à diversidade da oferta educativa/formativa, à possibilidade de gerir currículos (currículos adaptados), de definir projetos curriculares de turma ou de diferenciar as práticas pedagógicas, aproximando-as às realidades, particularidades e expectativas dos alunos, a nossa escola é vista como um local de inclusão escolar e social.

É inegável que a nossa escola tem de continuar a fazer face a desafios como o insucesso académico, o abandono precoce e a indisciplina. É do conhecimento de toda a comunidade local que a escola tem vindo a implementar, sucessivamente, medidas de promoção de sucesso escolar, de combate ao abandono e de melhoria do ambiente escolar. A mesma procura, ainda, incutir em todos os intervenientes rigor, exigência, segurança e disciplina.

Muitas atividades implementadas promovem a integração dos pais dos nossos alunos, no intuito de os corresponsabilizar, ficando também a conhecer melhor o trabalho desenvolvido *in loco*. Posteriormente, julgamos que eles poderão transmitir à comunidade exterior uma imagem positiva da nossa escola.

Segundo a opinião dos nossos parceiros, nomeadamente do senhor padre Francisco Caldeira, a escola é uma parceira amiga e cúmplice, dinâmica e fundamental, mostrando-se aberta e interventiva, de maneira positiva, relativamente às tradições populares, a saber: festas e celebrações que ocorrem durante o ano, muito caras à população envolvente, entre outras.

A comunidade pode testemunhar muitas das atividades desenvolvidas na nossa escola, através da consulta do respetivo *site*, página do *facebook* e blogues. De salientar que nestes canais encontramos referência a atividades que foram alvo de cobertura pela comunicação social. São exemplo disso, o concurso de lançamento de joelhas, inserido no projeto “Memórias d’Outrora”, a exposição “A moda ao longo dos tempos” e algumas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto “Baú de Leitura”, entre outras.

É de referir também que alguns dos nossos projetos têm sido referenciados na comunicação social, nomeadamente as apresentações públicas dos cursos EFA, o projeto “Memórias d’Outrora”, a participação da nossa escola no desporto escolar, o projeto RIFIA (ERASMUS+ KA1), entre outros. O suplemento do jornal “Diário de Notícias” tem publicado, igualmente, alguns artigos sobre atividades e projetos da

escola e alguns docentes têm participado em programas da “Antena Um” e da RTP Madeira.

5.6.3. Impacto na comunidade

No que concerne à participação em projetos sociais, apesar de, atualmente, a escola não estar inserida em qualquer projeto social, é de referir alguns exemplos de boas práticas, nomeadamente a colaboração com o projeto “Nariz Vermelho”, o centro social e paroquial de Santa Cecília, o “Banco do Tempo”, a associação “Acreditar” e a Universidade Sénior, entre outros.

Em relação ao contributo da nossa escola para o desenvolvimento da comunidade local, este é, indubitavelmente, significativo, uma vez que a comunidade considera a escola imprescindível para a formação integral dos alunos, assim como para a aprendizagem ao longo da vida, ao muni-los com as bases essenciais para o seu futuro.

Muitas vezes, os adolescentes tendem a subestimar os benefícios da educação e a querer viver o presente o melhor possível e, como não se reveem nos conteúdos e valores que a escola transmite, tendem a desmotivar-se, chegando a abandoná-la. Neste sentido, a comunidade reconhece o esforço levado a cabo pela nossa escola, através da diversificação da oferta educativa/formativa, de forma a fomentar a motivação dos educandos e a torná-la mais atraente, desafiadora e preciosa para o seu percurso de vida.

São inúmeras as iniciativas organizadas pela nossa escola, no sentido de interagir com a comunidade, em particular com os encarregados de educação dos nossos alunos. Têm especial relevo as sessões de sensibilização para pais e/ou encarregados de educação, que alertam não só para o sucesso académico dos seus educandos, como também para os princípios, valores, cumprimento de regras e disciplina.

De realçar, ainda, o grande impacto da escola na comunidade envolvente, aquando da promoção e realização de iniciativas e eventos, a saber:



- cerimónia de atribuição de prémios aos alunos com melhor desempenho por turma, em cada ano letivo, que ocorre, por vezes, na Casa da Cultura ou no Museu de Imprensa;
- participação no Parlamento Jovem Regional e no “Programa Educamedia”, onde no presente ano letivo a nossa escola atingiu a classificação B (4 produtos audiovisuais/multimédia diversificados);
- apresentações públicas dos formandos dos cursos EFA, em diferentes locais do nosso concelho, nomeadamente na Casa da Cultura de Câmara de Lobos, na Biblioteca Municipal, no Museu de Imprensa, no Centro Cívico do Estreito, na Paróquia de Santa Cecília e no Convento de São Bernardino;
- concurso de lançamento de joias, inserido no projeto “Memórias d’Outrora”, dinamizado pelos cursos EFA, que teve cobertura dos meios da comunicação social;
- colaboração no suplemento de educação “A tua vez” do jornal “Diário de Notícias”;
- atividades do projeto “Baú de Leitura”;
- participação no Erasmus+ KA2 (alunos e professores);
- festas de encerramento dos períodos letivos/final de ano letivo;
- visitas de estudo;
- *workshops*;
- entre outras.

6. Conclusões e sugestões

A realização deste documento, na nossa opinião, trouxe inúmeras vantagens, na medida em que nos possibilitou perceber e identificar aquilo que se faz bem na nossa escola e os procedimentos que deverão ser melhorados.

Tendo em conta os inquéritos aplicados e de acordo com o anexo 6, todos os inquiridos consideraram como ponto mais forte a segurança da escola e/ou a escola como local agradável. Referiram, ainda, como pontos mais fortes, os professores, o bom atendimento, os funcionários e o órgão de gestão.

Relativamente aos pontos fracos da nossa escola, a indisciplina foi o aspeto mais realçado pelos inquiridos.

Em relação ao horário, este aparece como ponto fraco, apontado por 22 alunos e apenas 1 encarregado de educação, devido à sobrecarga horária, que obrigava que os alunos do 3.º ciclo tivessem de comparecer na escola três dias nos dois turnos. Por outro lado, também é referido como ponto forte por alguns docentes.

Assim, urge atuar prioritariamente nas seguintes áreas:

Eixo dos recursos:

- melhorar o acesso à *internet* nas salas de aula;
- investir em novos equipamentos informáticos (computadores portáteis, videoprojetores e telas);
- proporcionar, na medida do possível, espaços de trabalho (gabinetes e/ou salas) para os docentes, pelo facto dos existentes serem reduzidos;
- oferecer melhores condições físicas de lazer para os discentes.

Eixo dos processos:

- aperfeiçoar a veiculação da informação interna e a articulação entre os vários documentos já existentes na escola.

Eixo dos resultados:

- Melhorar as taxas de transição, em especial a do 7.º ano de escolaridade;



- dar continuidade às estratégias de melhoria relativamente à indisciplina dentro e fora da sala de aula;
- prosseguir com ações de sensibilização para os assistentes operacionais, de forma a melhorar a sua capacidade na gestão de conflitos;
- solicitar aos parceiros com assento no conselho da comunidade educativa (CCE) um parecer sobre o trabalho desenvolvido pela escola ao longo de cada ano letivo.

No que diz respeito às metas estabelecidas para cada um dos cinco objetivos do projeto educativo da nossa escola, concluiu-se que houve cumprimento dessas metas, nomeadamente:

- aumento do número de objetivos atingidos no plano de intervenção de cada aluno da Educação Especial;
- comparência dos encarregados de educação na escola, pelo menos uma vez por período;
- redução da taxa de abandono escolar, excluindo as transferências, emigrações e doença;
- diminuição do número de retenções, em todos os anos de escolaridade.

No que concerne à meta definida para o objetivo intitulado “promover a disciplina na escola”, verificou-se que a avaliação desta ficou comprometida, devido à alteração no procedimento a tomar aquando da ordem de saída do aluno da sala de aula. No entanto, existe a perceção de que a indisciplina, na nossa escola, tem vindo a melhorar. Tal deve-se às estratégias implementadas, nomeadamente a presença de um segurança no recinto escolar, o encaminhamento dos discentes para o gabinete de apoio do aluno (GAA), acompanhados por uma funcionária, e a uma maior consciencialização por parte dos mesmos para as boas práticas comportamentais.

Assim, facilmente se compreende que, só através da criação de sinergias positivas, do esforço coletivo, da cooperação e de uma verdadeira cultura de partilha, conseguir-se-á a autêntica mudança e rumar à excelência, com o intuito de melhorar o nosso trabalho e possibilitar aos nossos alunos estar e sair da escola mais felizes, mais capacitados e melhores pessoas.

7. Anexos

Anexo 1 – Questionário aplicado ao pessoal docente.

Anexo 2 – Questionário aplicado ao pessoal não docente.

Anexo 3 – Questionário aplicado aos alunos.

Anexo 4 – Questionário aplicado aos encarregados de educação.

Anexo 5 – Plano de melhoria 2017/2018.

Anexo 6 – Tabela com os pontos fortes e fracos da escola.

8. Bibliografia

- Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro – Sistema de avaliação da educação e do ensino não superior.
- SIAG – Sistemas Integrados de Apoio à Gestão.

8.1. Webgrafia (links)

- <https://pt.linkedin.com/pulse/como-tornar-uma-escola-mais-atrativa-e-assim-atrair-seu-fernandes>
- <https://pt.slideshare.net/institutounibanco/11-sr-reinaldo-crise-de-audincia-do-em>
- <http://www.interlegis.leg.br/institucional/noticias/escola-do-legislativo-conclui-oficina-sobre-comportamento-imagem-publica-e-cerimonial>
- <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo5/346.pdf>
- http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/4169/1/ART_MariaLuisaQuaresma_2011.pdf

9. Legislação de enquadramento

- Portaria n.º 245/2014, de 23 de dezembro de 2014.